

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

BRENO LIMA DE ASSUNÇÃO

**TRANSFORMAÇÕES DO MANGUEZAL NO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO
ENTRE 1970 E 2015**

**VITÓRIA
2023**

BRENO LIMA DE ASSUNÇÃO

**TRANSFORMAÇÕES DO MANGUEZAL NO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO
ENTRE 1970 E 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior.

VITÓRIA

2023

BRENO LIMA DE ASSUNÇÃO

**TRANSFORMAÇÕES DO MANGUEZAL NO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO
ENTRE 1970 E 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior.

Aprovado em 08 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Wagner Wendt Nabarro
Universidade Federal do Espírito Santo
(Examinador Interno)

Dr. Merci Pereira Fardin
(Examinador Externo)

VITÓRIA
2023

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão primeiro à minha família, que me deu o suporte necessário à minha permanência na graduação e me deu toda a liberdade de escolher meu futuro.

Ao meu orientador, Carlos Teixeira de Campos Jr., pelos ensinamentos transmitidos durante a escrita desse trabalho e por acender em mim o interesse por assuntos de Geografia Urbana e Produção do Espaço.

Aos técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, que me auxiliaram na obtenção de documentos imprescindíveis à esta pesquisa.

Às minhas amigas, Brenda, Vitória, Rosany e Iesa, sem as quais a realização desse trabalho teria sido muito mais árdua e tediosa. Agradeço por ouvirem minhas lamúrias, por terem me acompanhado, incentivado e auxiliado durante toda a pesquisa. Agradeço especialmente à Iesa, que revisou este texto e eliminou os erros de minha equivocada gramática.

E por fim, agradeço à Geografia por me ensinar a olhar o mundo de outra forma.

RESUMO

Durante o século XX, o Brasil passou pelo deslocamento do centro dinâmico de sua economia da agricultura para a indústria, o que, por conta da estrutura produtiva do país, gerou um crescimento urbano acelerado e descompassado, produzindo diversos problemas sociais e ambientais nos meios urbanos, dentre os quais estava a questão habitacional. A escassez da terra fez seu preço se elevar à patamares inalcançáveis para parte considerável da população urbana, que, não encontrando possibilidade de pagar para residir em áreas com um mínimo de infraestrutura, foram obrigadas a viver em locais inapropriados à ocupação, mas que custavam um preço baixo ou nulo, como encostas de morros, palafitas sobre mangues ou às margens de rios. Esse fenômeno no Espírito Santo ocorreu, principalmente, durante as décadas de 1960 e 1970, quando houve um intenso êxodo rural oriundo da erradicação dos cafezais e da instalação dos Grandes Projetos Industriais no estado capixaba, especialmente em sua capital e nas cidades limítrofes, originando grande parte da periferia da Grande Vitória, que foi ocupada sobretudo por imigrantes do interior do estado e de estados vizinhos. É nesse contexto que se insere o objeto desta pesquisa: o surgimento e desenvolvimento do bairro Primeiro de Maio, em Vila Velha – ES, área na qual originalmente localizava-se um manguezal que foi ocupado e transformado em periferia urbana. A pesquisa objetivou compreender o surgimento e desenvolvimento do bairro entre os anos de 1970 e 2015; analisar a ligação entre o surgimento do bairro e a dinâmica geral da Grande Vitória; além de buscar entender qual foi o papel do Estado nessas transformações. A pesquisa foi feita a partir do uso de Sensoriamento Remoto, imagens históricas, além de documentos, estudos e relatórios técnicos sobre a história de ocupação e desenvolvimento do bairro. Os resultados demonstram que a ocupação começou na década de 1970 a partir de uma autorização indevida da Prefeitura Municipal de Vila Velha, num terreno originalmente da União, e foi feita por imigrantes vindos do interior do estado e de estados vizinhos em busca de uma vida melhor. A ocupação foi realizada sem a participação da Prefeitura, com construções precárias e prejudiciais à vida dos moradores e à existência do manguezal. Na década de 1980, o governo federal realizou uma série de estudos sobre o bairro e planejou diversas melhorias para a área, sem, entretanto, realizar as obras em si. As obras de aterro e infraestrutura começaram nos anos 80 e seguiram lentamente pelas décadas seguintes, sendo executadas pela administração municipal, a partir de reivindicações da população da área. Mesmo após a consolidação e urbanização do bairro o avanço das moradias não estagnou, seguindo no século XXI em direção às margens do rio Aribiri, que circunda Primeiro de Maio. Como produto desse processo tem-se um bairro pobre de periferia, cujo surgimento e desenvolvimento deu-se a partir da intervenção federal na estrutura produtiva do estado e da má gestão municipal.

Palavras-chave: Manguezal. Transformação da Paisagem. Urbanização.

ABSTRACT

During the 20th century, Brazil experienced a shift in the dynamic center of its economy, from agriculture to industry. This, due to the productive structure of the country, generated accelerated and uncoordinated urban growth, producing various social and environmental problems in urban areas, among which was the housing issue. The scarcity of land led to the price of land reaching unattainable levels for a significant portion of the urban population, who, not finding the possibility of paying to live in areas with a minimum of infrastructure, were forced to live in unsuitable places for occupation, but which cost a low or null price, such as hillsides, stilt houses on mangroves or river banks. This phenomenon in Espírito Santo occurred mainly during the 1960s and 1970s, when there was an intense rural exodus from the eradication of coffee plantations and the installation of the Great Industrial Projects in the state, especially in its capital and in the bordering cities, originating much of the periphery of Greater Vitória, which was occupied mainly by immigrants from the interior of the state and neighboring states. It is in this context that the object of this research is inserted: the emergence and development of the Primeiro de Maio neighborhood, in Vila Velha - ES, an area where a mangrove originally located was occupied and transformed into an urban periphery. The research objectives were: to understand the emergence and development of the neighborhood between the years 1970 and 2015; to understand how the emergence of the neighborhood was linked to the general dynamics of Greater Vitória; in addition to seeking to understand what was the role of the State in these transformations. The research was carried out using Remote Sensing, historical images, as well as documents, studies and technical reports that dealt with the history of occupation and development of the neighborhood. The results showed that the occupation began in the 1970s from an improper authorization from the Municipal Government of Vila Velha, on land originally owned by the Union, and was made by immigrants coming from the interior of the state and neighboring states in search of a better life. The occupation was carried out without the participation of the City Hall, with precarious construction that was harmful to the lives of the residents and to the existence of the mangrove. In the 1980s, the federal government carried out a series of studies on the neighborhood and planned several improvements for the area, without, however, carrying out the works themselves. The works of landfill and infrastructure began in the 1980s and continued slowly for the following decades, being carried out by the municipal administration, from demands of the area's population. Even after the consolidation and urbanization of the neighborhood, the advance of housing did not stagnate, following in the 21st century towards the banks of the Aribiri River, which surrounds Primeiro de Maio. In conclusion, we have a poor peripheral neighborhood, whose emergence and development took place from the federal intervention in the productive structure of the state and the poor municipal management.

Keywords: Mangrove. Landscape Transformation. Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea de Primeiro de Maio completamente alagado em 1978.	31
Figura 2 – Barracos e passarelas improvisadas sobre palafitas em Primeiro de Maio em 1982 (esquerda) e 1978 (direita).	34
Figura 3 – Destaque para as passarelas improvisadas (as pinguelas) em Primeiro de Maio, conectando as moradias com a saída da Ilha de Santa Rita.	35
Figura 4 – Fotografia aérea de Primeiro de Maio em 1986.	39
Figura 5 – Comparação entre as duas propostas de aterro/loteamento sugeridas pelo IJSN.	41
Figura 6 – Plano de Aterro feito PMVV.	42
Figura 7 – Planta sobrepondo o Plano de Aterro feito PMVV com a restituição dos barracos presentes na Ilha no ano de 1983.	43
Figura 8 – Fotografia aérea de 1990, mostrando ocupação de Primeiro de Maio.	44
Figura 9 – Barracos instalados nas margens do rio Aribiri em 2011.	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.1. Objetivo Geral	11
1.2. Localização da Área de Estudos.....	11
2. MATERIAIS E MÉTODOS	13
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3.1. Paisagem: a visão geográfica	15
3.2. Industrialização/Urbanização Brasileira	17
3.3. Ocupação de Manguezais	21
3.4. Grande Vitória na segunda metade do século XX	24
4. TRANSFORMAÇÃO DO MANGUEZAL EM ÁREA URBANA: O CASO DO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO	29
4.1. 1970.....	29
4.2. 1980.....	37
4.3. 1990 - 2015.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O avanço da industrialização gera urbanização, que, por sua vez, traz uma série de problemas para as populações mais pobres. O processo de urbanização cria condições para que outros agentes produtores do espaço promovam a valorização da propriedade imobiliária, tornando mais difícil o acesso à moradia, que tende a ocorrer em lugares com infraestrutura precária, inadequada à urbanidade.

Esse é o caso das ocupações de áreas ambientais como o manguezal, que ocorrem em diversos lugares do país, apesar da grande importância que esse ecossistema tem para a biodiversidade e da dificuldade de habitar tais locais. Essas ocupações alteram a paisagem local, degradando o manguezal, transformando-o em áreas urbanas - por vezes periferias com pouca infraestrutura e baixa qualidade de vida.

A partir da década de 1930 o Brasil foi marcado pelo deslocamento do centro dinâmico da economia da agricultura para a indústria (SILVA, 2017), o que, por conta da estrutura econômica produtiva do país, gerou um crescimento urbano acelerado (OLIVEIRA, 1982). Essa rápida urbanização produziu cidades que geraram um descompasso entre as condições de reprodução das atividades econômicas e àquelas necessárias à reprodução da vida. As classes mais privilegiadas pagaram pelos melhores lugares, enquanto as menos privilegiadas tiveram que correr atrás daquilo que restava. Quando não encontravam possibilidade de residir na cidade já construída, na cidade que tinha um mínimo de infraestrutura, por não poder pagar o seu preço, foram “obrigadas a viver em áreas ambientalmente frágeis, como encostas de morros, palafitas sobre mangues ou às margens de rios urbanos” (SILVA, 2017, p.29).

Este fenômeno não foi distinto no Espírito Santo. A partir da segunda metade da década de 1950 houve um sério êxodo rural, oriundo da grave crise que atingiu o setor cafeeiro brasileiro e que teve repercussões ainda piores no estado capixaba, em razão da grande dependência dessa atividade, que era desenvolvida em pequenas propriedades e realizada por trabalho familiar. Na segunda metade da década de 1970, em decorrência das políticas de diversificação econômica promovidas pelas elites locais como alternativa à crise ocorrida, houve a instalação dos chamados Grandes Projetos Industriais, o que também trouxe grande massa de trabalhadores do interior do Espírito Santo e de estados vizinhos, principalmente, para a capital

Vitória. A cidade de Vitória não comportava a demanda por espaço daqueles que não podiam pagar o seu preço, que se elevava com a pressão dos fluxos de migrantes, levando a população mais pobre a seguir em direção às cidades limítrofes. Assim, cidades como Cariacica, Serra e Vila Velha passaram a receber grande contingente de imigrantes. Se a capital não estava preparada para tal incremento populacional, as cidades vizinhas menos ainda.

Na cidade de Vitória, neste período, “o migrante, pelo baixo nível econômico, procura terras não urbanizadas de **baixo custo**, na periferia do município, ou invade áreas alagadas ou de morro próximas do centro” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.15, grifo nosso). Processos similares vão ocorrer nas cidades vizinhas à capital.

Como dito anteriormente, a ocupação do manguezal é muito complexa, visto que se trata de um ambiente úmido e pantanoso, de difícil acesso e mobilidade, impróprio e dificultoso à construção humana (LIMA; OLIVEIRA, 2011). Além disso, a presença permanente do homem causa graves impactos ambientais neste que é um dos ecossistemas mais complexos, férteis e diversificados do planeta (REIS, 2013). Sendo assim, a decisão de ir habitar tais locais passa pelo extremo da necessidade, pela completa falta de opções, já que realizar essa ocupação é muito difícil - principalmente se pensarmos que este é um ato quase sempre individual, no qual a família terá que, por si só, realizar a construção da moradia e da infraestrutura básica para a sua permanência e circulação pela área. A explicação para tal extremo está no fato de que o preço da terra nessas áreas encontra-se nulo ou praticamente nulo, enquanto em outras partes da cidade (áreas com alguma infraestrutura) o preço da terra já chegou em patamares inalcançáveis para certa parte da população.

Assim, num contexto de industrialização que gera um elevado crescimento demográfico no meio urbano, o preço da terra/moradia se eleva muito acima daquilo que parte considerável da população é capaz pagar, levando essa parcela da população a ocupar áreas onde o preço da terra é baixo ou nulo, isto é, áreas sem nenhuma infraestrutura, como encosta de morros, margens de rios e terrenos alagados, como os manguezais.

O presente estudo visa analisar justamente como tal processo ocorreu no bairro Primeiro de Maio, em Vila Velha - ES, e como o surgimento deste bairro está inserido na dinâmica geral da Grande Vitória. A área hoje ocupada pelo bairro foi, outrora, uma ilha de manguezal, que, a partir da década de 1970, passou a ser gradativamente ocupada pela população mais pobre. Na década seguinte, a Prefeitura de Vila Velha

realizou um aterro na ilha, consolidando a destruição do manguezal local, mas não limitando futuras expansões do bairro. Este foi um processo que ocorreu de forma generalizada na Grande Vitória ao longo do século XX, com maior frequência na sua segunda metade.

A Paisagem, tal como é entendida na Geografia, aparece como um excelente instrumental analítico para este tipo de investigação histórica, uma vez que é o conceito geográfico que melhor demarca os processos passados e presentes, seja fisicamente no espaço construído, através das diferentes formas de diferentes idades (SANTOS, 2021), seja nos registros históricos, como fotografias, pinturas etc. Nesse sentido, a utilização do Sensoriamento Remoto se mostra útil para a presente pesquisa, dado que esta técnica permite a análise das transformações da paisagem ao longo dos anos a partir da interpretação de imagens aéreas da área em estudo.

A paisagem, entretanto, é apenas aparência. É tudo aquilo que é percebido pelos nossos sentidos e, portanto, pertence à dimensão da percepção. É preciso ir além da sua forma, buscar compreender possíveis elementos escusos nela para assim compreender a realidade vivida (ibid.). Por conseguinte, é fundamental investigar outras fontes de informação, além dos produtos de Sensoriamento Remoto e de fotos antigas da área, não apenas para confirmar aquilo que foi interpretado na paisagem, mas também para buscar conhecimentos que as imagens não abarcam em si.

Diante da problemática descrita, a relevância do presente trabalho se apresenta não só por causa da falta de pesquisa geográfica sobre as transformações do bairro em questão, mas também pela importância do manguezal - sua enorme biodiversidade e seu papel crucial na manutenção da vida animal e vegetal.

1.1. Objetivo Geral

Neste trabalho, tem-se como objetivo geral a realização de uma análise espaço-temporal do processo de transformação da paisagem natural (manguezal) em paisagem urbana na área hoje compreendida pelo bairro Primeiro de Maio, em Vila Velha - ES, entre os anos de 1970 e 2015, por meio de imagens de Sensoriamento Remoto, registros fotográficos e documentos históricos, buscando compreender como o surgimento deste bairro está inserido na dinâmica geral da Grande Vitória.

Objetivos Específicos

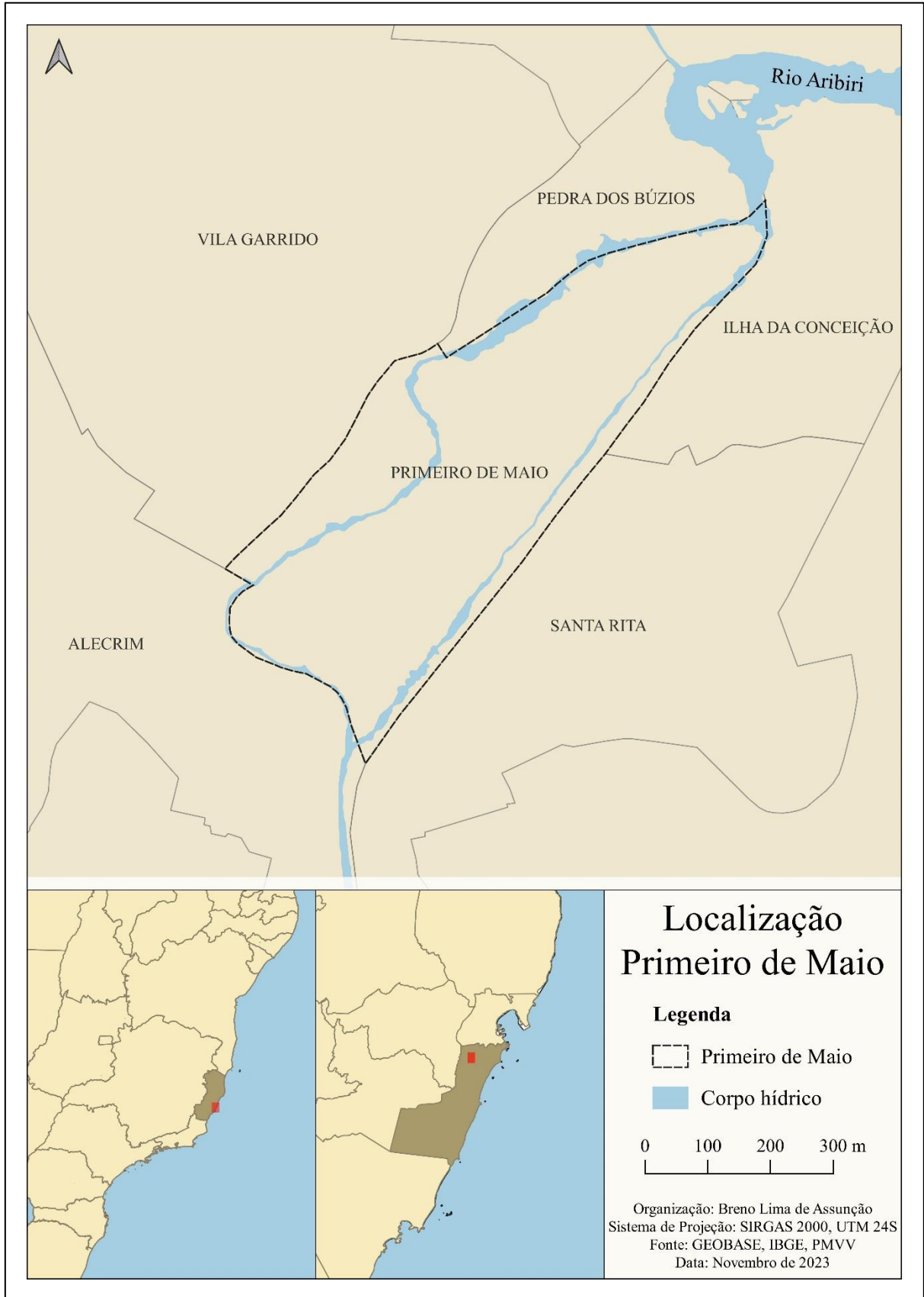
- Identificar como foi o processo de ocupação e desenvolvimento do bairro sobre o manguezal e suas alterações na paisagem local;
- Compreender como o surgimento do bairro está ligado à dinâmica geral da Grande Vitória;
- Compreender qual é o papel do Estado no surgimento e desenvolvimento do bairro.

1.2. Localização da Área de Estudos

O bairro Primeiro de Maio, pertencente à cidade de Vila Velha - ES, situa-se entre as latitudes 20°20'26"S e 20°20'54"S, e entre as longitudes 40°19'52"O e 40°20'21"O. Apresenta uma área de aproximadamente 282.166,00 m² e está inserido na região administrativa Grande Aribiri. Tem como vizinhos os bairros: Alecrim, Vila Garrido, Pedra dos Búzios, Ilha da Conceição e Santa Rita.

O bairro é banhado pelo rio Aribiri (Mapa 01), que, por conta do esgoto e do lixo despejados no mesmo ao longo do tempo, possui um Índice de Qualidade da Água "Muito Ruim", segundo a classificação da AGERH (2023). Está localizado na porção norte da cidade de Vila Velha e, portanto, ao sul da Baía de Vitória e ao sul do Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira - manguezal remanescente da região, criado em 1992 pelo Decreto Municipal nº 215/92 e renomeado em 2003 através da Lei Municipal nº 4105/03 (PMVV).

Mapa 01 - Localização do Bairro Primeiro de Maio, Vila Velha - ES.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançarmos os objetivos estabelecidos, este trabalho foi dividido em 3 partes, sendo que a primeira se refere à revisão teórico/conceitual e a contextualização histórica e as partes seguintes referem-se propriamente à análise do caso do bairro Primeiro de Maio:

1 - Revisão Bibliográfica: etapa na qual foi realizada a revisão teórica dos conceitos de Paisagem, Industrialização/Urbanização Brasileira e Ocupação de Manguezais; e o levantamento bibliográfico acerca do contexto histórico da Grande Vitória a partir de 1950.

2 - Uso do Sensoriamento Remoto: trata-se da aquisição das fotografias aéreas da área em estudo, assim como a interpretação e vetorização das mesmas. Nesta fase, foram adquiridas imagens dos anos 1970, 1978, 1986, 1990, 1998 e 2015, sendo que as fotografias de 1970, 1978 e 1998 foram obtidas junto à Prefeitura Municipal de Vitória (SEMFA/GEO); as de 1986 e 1990 com o Instituto Jones dos Santos Neves; enquanto as de 2015 referem-se a um mosaico aerofotogramétrico disponibilizado pelo GEOBASES.

Entretanto, a vetorização das imagens foi realizada apenas nas imagens de 1998 e 2015, visando perceber a diferença da ocupação para além do aterro; as outras imagens foram usadas apenas como referência visual analítica. Escolheu-se trabalhar desta forma pois algumas imagens do período anterior não tinham resolução espacial suficiente para a vetorização, inviabilizando uma boa comparação entre elas.

Sendo assim, foi feita a classificação do uso do solo (Ocupação e Corpo Hídrico) para cada uma das duas imagens. Realizada a interpretação e vetorização das imagens, foram calculadas as áreas para cada tipo de uso do solo, sendo possível notar o crescimento/diminuição dos usos. Para a realização desta etapa, foi utilizado o *software* livre Qgis, versão 3.28.7. Além do Qgis, foi utilizada a ferramenta *Google Street View* para analisar imagens de Primeiro de Maio no ano de 2011.

O ano de 2015 foi escolhido como data final para essa análise, pois ao se comparar a mancha urbana do bairro neste ano e a mancha atual (2023), notou-se que a ocupação da época pouco difere da atual. Havendo um mosaico

aerofotogramétrico desta data com uma excelente resolução, decidiu-se tomá-lo como ponto final para a análise foto interpretativa.

3 - Levantamento dos dados históricos: fase em que foram levantados os dados históricos - imagens, documentos e reportagens - referentes à ocupação e desenvolvimento do bairro Primeiro de Maio. A principal fonte de informações para esta etapa foi a Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), tanto o acervo digital como o físico.

Os resultados alcançados foram divididos em três partes: a primeira referente aos acontecimentos dos anos 1970 – que marca o começo da ocupação da área; outra marcando a década de 1980 – período em que são feitos diversos estudos e melhorias no bairro, como o aterro; e a última seção para o período entre os anos 1990 e 2015 – que representa a expansão das moradias para além daquilo que já estava consolidado pelo aterro.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste item, será apresentada a fundamentação teórica que serve de base para esta pesquisa, discorrendo-se de maneira breve sobre o conceito de Paisagem, tal como é entendido pela Geografia, e sobre os fenômenos de Industrialização/Urbanização Brasileira e Ocupação de Manguezais. O intuito é construir os alicerces teóricos para a compreensão da realidade do objeto pesquisado.

Em um segundo momento, ainda neste item, discorre-se sobre o contexto histórico do desenvolvimento da Grande Vitória na segunda metade do século XX, com o objetivo de investigar em que dinâmica se insere o surgimento do bairro em estudo.

3.1. Paisagem: a visão geográfica

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a **paisagem**. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 2021, p.67-68, grifo nosso). A paisagem é um excelente instrumental analítico para análises históricas, na medida em que a partir dela é possível compreender a lógica que a produziu, compreender a realidade da sociedade que moldou as formas que compõem a paisagem: “[...] a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento” (Ibid., p.72-73). Assim, determinado modo de produção gera determinados tipos de objetos, a partir de um conjunto de instrumentos de trabalho, isto é, de uma técnica, que está inserida na lógica produtiva da sociedade que a concebeu e a utiliza.

Entretanto, a alteração das formas geográficas não depende apenas da técnica existente em determinada sociedade, mas também da disponibilidade dessa técnica, que não é a mesma para todos os agentes da sociedade, sendo maior para determinados agentes. “As funções que são mais suscetíveis de criar novas formas são: bancos, hipermercados, **o Estado**, shopping-centers etc. [...]” (Ibid., p.77, grifo nosso). Isso não significa que as outras parcelas da sociedade não alteram a paisagem, apenas que sua forma de agir é distinta dos agentes citados, talvez mais precária ou lenta, como é o caso de comunidades onde o Estado é pouco presente enquanto agente organizador.

A paisagem vai se construindo aos poucos. É um conjunto de formas geográficas - naturais e artificiais - que vão sendo construídas ao longo do tempo, umas substituindo outras, umas sendo acrescentadas às anteriores, outras alterando sua forma e/ou seu uso. Um mosaico de formas novas e velhas, como afirma Milton Santos (2021).

É possível tanto datar os objetos da paisagem - determinar a idade das construções - quanto usar as imagens capturadas desta paisagem no passado. Com essa datação podemos compreender a evolução da paisagem atual: em que momento as formas se inseriram nela, em que momento certas formas antigas deixaram de existir e, o mais importante, podemos compreender a lógica que está por trás dessas transformações.

Entretanto, como Milton Santos ressalva (Ibid., p.85): “A paisagem, porém, não é total, mas parcial”. A realidade geográfica total é o espaço; a paisagem seria a expressão corpórea dessa realidade, a materialidade, as formas. Sendo assim, a paisagem reside no campo da percepção. A depender da pessoa ou do ponto de vista, a paisagem pode aparecer de forma distinta e levar a interpretações equivocadas do mundo. “O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere” (SOUZA, 2013, p.46).

Isso não significa que a paisagem é somente “enganação”, apenas que devemos ir além de sua forma, “desconfiar” daquilo que ela apresenta a princípio e buscar entendê-la tendo em vista as relações travadas através dela (Ibid.). As paisagens não mostram todos os dados justamente porque nem sempre eles são visíveis (SANTOS, 2021). Daí vem a necessidade de ir além da paisagem na análise histórica, usando outras fontes de informação, como documentos, relatos e afins, para compreender as transformações da paisagem, isto é, compreender os processos sociais que engendraram a transformação da paisagem.

Uma importante técnica de análise da paisagem é o Sensoriamento Remoto - tecnologia na qual são usadas imagens aéreas para a obtenção de informações sobre a terra sem que haja contato direto com o objeto de investigação. Assim, é possível, a partir de imagens aéreas antigas, observar transformações quantitativas e qualitativas pelas quais determinada área passou ao longo dos anos de diversas maneiras como: quantificando a evolução de manchas urbanas, de áreas desmatadas

etc.; avaliando a evolução das formas geográficas, que objetos eram utilizados e não são mais, quais permaneceram, entre outras tantas possibilidades.

Vale aqui ressaltar que esse método deve ser utilizado como forma auxiliar de compreender o mundo, sempre buscando entender seus resultados à luz dos processos sociais que deram origem às formas, compreendendo a realidade social que possibilitou que a paisagem tomasse certa configuração. É a busca pelos fatores que geraram as formas o que nos interessa, não as formas em si. Afinal, o Sensoriamento Remoto não está isento das “limitações” visuais da paisagem:

[...] pelo fato de que os satélites repetem suas órbitas, podemos captar momentos sucessivos, isto é, não mais apenas retratos momentâneos e fotografias isoladas do planeta. Isso não quer dizer que tenhamos, assim, os processos históricos que movem o mundo, mas ficamos mais perto de identificar momentos dessa evolução. Os objetos retratados nos dão geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles (SANTOS, 2022, p.41-42).

3.2. Industrialização/Urbanização Brasileira

Os termos industrialização e urbanização aparecem aqui agregados um ao outro pois, no sentido aqui tratado, é impossível dissociar um fenômeno do outro. A industrialização da qual trataremos é necessariamente uma industrialização urbanizadora - excessivamente urbanizadora, em termos mais exatos. Essa industrialização é a que ocorreu no Brasil de forma geral, não estando o estado do Espírito Santo excluído desse processo.

Francisco de Oliveira escreve no seu “O Estado e o Urbano no Brasil” que “[...] a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer” (1982, p.42), deixando claro o caráter de dependência que o desenvolvimento da industrialização no país tinha com os aglomerados urbanos. É amplamente conhecido o fato que a industrialização brasileira acarretou um enorme êxodo rural, multiplicando a população urbana em pouquíssimo tempo. A explicação que Francisco de Oliveira encontra para esse fenômeno está na forma econômica produtiva precedente a esse momento histórico, isto é, na divisão social do trabalho que existia antes da industrialização.

O Brasil, por conta de sua origem colonial, foi desde o princípio um território voltado para fora, onde a produção local é direcionada à exportação; produção esta que foi predominantemente agrícola em quase toda a história da nação. Em verdade, é possível afirmar que esse cenário rural-exportador só vai se alterar no século passado com a guinada industrial. Esse caráter agrícola e exportador do país engendrou uma divisão social do trabalho entre cidade e campo, na qual o campo era o grande (poderíamos dizer até mesmo o único) centro produtor, enquanto a cidade era o centro burocrático/administrativo ao mesmo tempo em que era a sede do capital comercial, na medida em que nas cidades é que se realizava a exportação da produção agrícola. Assim, havia uma lógica econômica centrada no campo, mas controlada pelas cidades, visto que a produção rural só tinha sentido quando exportada e essa exportação era realizada apenas pelas cidades - o que explica, em parte, a tendência histórica das cidades brasileiras de serem construídas no litoral.

Vale dizer que outras duas características do modo de produção nessa época vão explicar a estrutura existente entre cidade-campo e a posterior explosão demográfica das cidades: é que neste momento a economia brasileira “por um lado, era monocultora e, por outro lado, era fundada no trabalho compulsório, no trabalho escravo, negando a cidade enquanto mercado de força de trabalho” (OLIVEIRA, 1982, p.41). Isso excluía os centros urbanos da divisão social do trabalho, impedia - diferentemente do que aconteceu na Europa - que a cidade fosse o mercado onde “se dava a formação tanto do exército ativo quanto dos exércitos industriais de reserva” (OLIVEIRA, 1982, p.41). Isso irá fazer muita falta no outro momento do modo de produção que estabelece a indústria.

Quando a hegemonia do capital comercial se esvai, quando aquilo que Francisco de Oliveira chamou de “autarquia do campo” se desfaz, entra em cena a “autarquia das cidades”. Esta autarquia está ligada à divisão social do trabalho precedente: “O fato de que a divisão social do trabalho nos períodos anteriores era estanque - autarquia nos campos - vai impor que a industrialização no Brasil vai ter que se fazer **imediatamente** urbana e **excepcionalmente** urbana.” (OLIVEIRA, 1982, p.42, grifo nosso). O que importa compreender é o sentido desse “imediatamente” e desse “excepcionalmente”, entender o porquê de a industrialização brasileira ter gerado essa urbanização que aparentemente foi superior até mesmo à própria industrialização.

Fazendo-se uma comparação entre a industrialização que se desenvolveu na Europa e a que se apresentou no Brasil, pode-se notar que aquela se utilizou da divisão social do trabalho que existia entre a cidade e o campo, enquanto esta não pôde fazer o mesmo justamente porque a divisão internacional do trabalho excluía a cidade como lugar da produção. As cidades no Brasil faziam a ligação entre a produção do campo e o mercado externo, razão pela qual eram sede do capital comercial. Além disso, na Europa, o camponês era agricultor e também era artesão, produzia outros elementos básicos para sua manutenção, como vestuário, moradia, mobiliário etc. Quando olhamos o Brasil pré-1930, não encontramos essa realidade. A produção no campo era monocultora, não podendo servir de base para a indústria. Enquanto no Velho Continente, a indústria têxtil, por exemplo, recebeu nas cidades “a tecelagem, a fiação, a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo” (OLIVEIRA, 1982, p.42). No caso do Brasil, isso não pôde se repetir pois o camponês brasileiro nunca produziu como o europeu para o mercado interno, apenas para o mercado externo.

A formação da indústria brasileira deu-se nos centros urbanos e precisou ser grande porque não dispunha das condições pretéritas que lhe dessem suporte. A indústria precisava gerar sua própria energia e dispor de um setor de reparos de máquinas e ferramentas e até mesmo construir moradias para os seus trabalhadores, porque o mercado de trabalho ainda não estava formado (OLIVEIRA, 1982). A urbanização brasileira vai ser muito mais intensa que a europeia e muito maior do que as aparentes necessidades da indústria que nascia naquele momento. Com isso, afirma-se que o contingente que chega às cidades brasileiras é muito superior à massa de trabalhadores que de fato vai ser empregada nas fábricas. O trabalhador brasileiro foi adestrado para a atividade agrícola e não dispunha de experiência com o trabalho fabril. Existia toda uma população que chegava aos centros urbanos e não encontrava para quem vender sua força de trabalho, o que acarretou uma série de problemas sociais para essa enorme população. Mas essa discrepância entre força de trabalho empregada e força de trabalho desempregada não é gratuita nem está desligada da dinâmica da economia urbana, muito pelo contrário.

O sentido de parte considerável da população imigrante não se encontrar empregada na indústria é que ela é precisamente o exército industrial de reserva, ou seja, aquela massa de trabalhadores desempregados que é indispensável à reprodução do capital no sistema de produção capitalista, pois mantém os salários

baixos e garante uma força de trabalho sempre disponível. Como já foi dito, as cidades brasileiras não puderam, por conta da autarquia do campo, compor nem exército industrial ativo nem exército industrial de reserva. Quando a indústria se instala nas áreas urbanas, ela vai exigir o exército ativo e o exército de reserva, trazendo para perto de si um conjunto de pessoas que pareceu exceder as suas necessidades e, portanto, mostrou-se como um exagero, uma desordem, um “inchaço” urbano. O que temos então não é uma marginalidade que está excluída do mercado de trabalho nem da economia urbana, mas que está sendo, sim, um componente do exército industrial de reserva (OLIVEIRA, 1982). “O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado” (SANTOS, 2021, p.73).

Temos assim a explicação do porquê a industrialização brasileira elevou de forma tão gritante e rápida a população urbana. Vale ainda discutir o papel do Estado neste processo. Oliveira (1982) destaca o papel regulamentador dessas relações que o Estado toma para si durante esse momento. A regulação aí aparece tanto no sentido literal de criar as regras que vão direcionar as relações de trabalho quando do nascimento da indústria - anteriormente essas leis não existiam pois o próprio mercado de trabalho era inexistente -, quanto no sentido de direcionar o capital do meio agrícola para o setor industrial. É este último sentido que mais nos interessa aqui.

A partir de 1930, o Estado passa a realizar uma nova estratégia na qual o setor agrícola é penalizado e a indústria é beneficiada e incentivada. Esse modo de agir se manteve nas décadas seguintes, de forma mais ou menos intensa, através dos diferentes governos que assumiram esse caráter desenvolvimentista na economia.

Vale dizer que a industrialização da qual Oliveira (1982) trata no seu texto não vai se apresentar da mesma forma e velocidade em todo o território nacional. Algumas regiões vão se “atrasar” neste movimento, pois o país não oferecia a infraestrutura necessária para criar o mesmo padrão de urbanização dos estados centrais (como Rio de Janeiro e São Paulo) nos estados “periféricos”, porque essa urbanização desigual é uma manifestação do também desigual modo de reprodução do capital no território nacional. Essa realidade passa a se alterar mais na segunda metade do século XX, a partir dos governos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek e dos militares pós-64. O Espírito Santo se insere nesses estados “periféricos” nos quais a realidade agrária demora mais para perder força relativamente para a indústria, tendo

sua economia alterada apenas nos anos 50, quando da crise do café - mas isso é tema para outras páginas.

Tem-se assim a explicação geral para a urbanização brasileira, que servirá de base mais à frente para a compreensão do contexto histórico em que se insere o surgimento do bairro Primeiro de Maio. Entretanto, há ainda um ponto que deve ser lembrado em relação a essa urbanização, um ponto deveras claro e óbvio: a rapidez e intensidade da urbanização que se verificou nos centros urbanos vão gerar uma elevação importante do preço da terra e do preço da moradia. Isso se justifica não somente porque tem-se neste momento a escassez da terra, já que agora ela é desejada/necessitada por um número muito maior de pessoas, mas também porque as cidades não tinham as moradias já prontas, esperando que imigrantes chegassem em peso, da noite para o dia. A escassez natural de terras e de moradias terá um efeito muito maior na elevação do preço da propriedade imobiliária, porque a produção imobiliária para o mercado em desenvolvimento cria a escassez social sobre o produto imobiliário com a elevação do seu preço. Justamente por isso muitas cidades vão apresentar o desenvolvimento da produção imobiliária neste contexto, como bem mostra Campos Júnior (2002) em seu “A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória”, tratando sobre como tal processo se deu na capital capixaba.

Com a rápida elevação do preço da terra e a situação economicamente precária do imigrante, uma parcela considerável da população que chega nas cidades não vai conseguir se apropriar de moradias dignas, passando a ocupar terras com pouca ou nenhuma infraestrutura e com baixo ou nenhum preço, como encosta de morros, margens de rios e terrenos alagados, como os manguezais. É sobre esse fenômeno que trataremos brevemente no item a seguir.

3.3. Ocupação de Manguezais

O manguezal é um ecossistema costeiro de transição, que serve de elo entre mar, rio e terra (ROSSI; MATTOS, 2002). É característico de zonas tropicais e subtropicais e, por estar ligado ao oceano, está sujeito ao regime de marés (COUTINHO, 2019). É conhecido por sua grande biodiversidade, por ser um “berçário” para muitas espécies (LIMA; OLIVEIRA, 2011), e por atrair animais da terra, dos rios e dos oceanos. O solo tem uma “[...] consistência pastosa; é pouco compactado, alagadiço, rico em matéria orgânica, pouco oxigenado e sujeito a períodos alternados

de inundação e drenagem, conforme variação das marés” (ROSSI; MATTOS, 2002, p.101). A água é salobra, isto é, um meio termo entre a água doce do rio e a salgada do oceano. A vegetação mais comum é o próprio “mangue” - que costuma ser confundido com “manguezal” -, mas há uma gama muito diversa de espécies vegetais halófitas, isto é, plantas terrestres que têm certa adaptabilidade à salinidade.

Os manguezais podem ser encontrados em praticamente toda a costa brasileira. Na Grande Vitória verifica-se a presença de uma grande área de manguezal - apesar desta ter sido muito maior no passado. Vale dizer que na capital capixaba encontra-se uma das maiores áreas de manguezal urbano do país, com cerca 11 km² (COUTINHO, 2019).

O manguezal é usado como local para habitação há bastante tempo, mas a relação de uso que as comunidades antigas tinham com este ecossistema era diferente da percebida hoje. Anteriormente o manguezal era utilizado “por pescadores, madeireiros e coletores de frutos e derivados, que viviam no local apenas temporariamente” (LIMA; OLIVEIRA, 2011, p.3). O aumento vertiginoso da população nos centros urbanos contribuiu para que o preço das terras das cidades litorâneas se valorizasse e aumentasse exponencialmente. Isso se converte numa segregação social e espacial, que força parte da população de baixa renda a ocupar áreas como os manguezais. Daí resulta a alteração nos modos de uso desse ambiente pela população local (Ibid.).

Habitar o manguezal nunca foi tarefa fácil, seja pelas dificuldades de mobilidade - pois o solo tem uma consistência pastosa, pouco firme, encharcado, podendo estar frequentemente inundado, a depender da maré -, seja pela falta de acesso à água potável ou alimentos vegetais, seja ainda pela dificuldade de construir moradias nesse ecossistema (Ibid.). Como a população que precisa ocupar tais locais está numa situação economicamente frágil, a opção encontrada para erguer a habitação é a construção doméstica, na qual o próprio ocupante ergue sua moradia, de forma adaptada, isto é, de forma precária e provisória.

Como afirmam Lima e Oliveira (2011, p.4) “[...] as moradias do mangue são geralmente feitas de madeira e sustentadas sobre pilares feitos com troncos de árvores resistentes à umidade, sendo denominadas palafitas”. Viver nessas moradias pode trazer alto risco à vida desses moradores, tanto pelas possíveis inundações, quanto pela possibilidade de desmoronamento dessas estruturas, além das “proliferações de doenças com maior facilidade por conta da alta umidade” (Ibid., p.4)

e da falta de saneamento básico, que leva essa população a despejar seu esgoto e seu lixo diretamente no manguezal.

Para facilitar a mobilidade dentro e para fora da área do manguezal, é comum que se construam “passarelas” - comumente chamadas de “pinguelas” -, que ligam uma moradia a outra e também servem de caminho para a saída e entrada do manguezal. Essas passarelas precisam ser, assim como as residências, elevadas para que não sejam carregadas pelas periódicas enchentes.

Uma outra manifestação de ocupação de manguezais que costuma ser vista é o aterro. O processo pode ocorrer tanto de forma legal, com controle profissional e técnicas de engenharia, como pode ocorrer pela ação da própria população. É comum o uso de lixo e entulho para realizar esse aterro, com o objetivo de construir um solo mais resistente, que suporte melhor as moradias e facilite a circulação pela área (FREIRE, 2004).

Todas essas ações antrópicas caminham no sentido de degradar e destruir os manguezais, algumas a passos vagarosos, como a construção de poucas moradias e a coleta de alguns animais para sobrevivência, enquanto outras caminham a passos largos, como a construção em massa ou o aterro, que mata o ecossistema definitivamente. Todas essas ações puderam ser percebidas na Grande Vitória desde muitos anos, principalmente no século passado. Não são poucas as áreas nesta região oriundas de aterro de manguezais, como mostram os trabalhos de Coutinho (2019), Reis (2013), Freire (2004), Silva (2017), entre tantos outros.

Inúmeros bairros da Grande Vitória surgiram da ocupação de terrenos de manguezal, quase todos eles sendo ocupados a princípio por populações migrantes pobres, que, não tendo onde morar, construía suas moradias sobre os manguezais. Esse fenômeno teve mais força especialmente durante o grande “surto industrial” vivido pelo Espírito Santo nos anos 70:

O aumento do número de favelas em morros e as inúmeras moradias sobre palafitas em áreas de mangue, passaram a ser a alternativa de levas de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego nos novos projetos industriais concentrados na capital, centro do grande aglomerado metropolitano (FREIRE, 2004, p.108).

3.4. Grande Vitória na segunda metade do século XX

Durante a segunda metade do século XX, o estado do Espírito Santo viveu sua virada econômica, passando de uma economia centrada na produção agrícola cafeeira para uma economia centrada na indústria e no urbano. A transição começou ainda na década de 1950, apesar de que naquele momento não se observava um grande desenvolvimento da indústria propriamente. O grande acontecimento das duas primeiras décadas dessa transição econômica é, na verdade, a crise do setor cafeeiro. A guinada industrial vai se verificar rigorosamente a partir dos anos de 1970.

O estado capixaba foi durante longos anos excessivamente dependente da produção de café, chegando a ter, em 1950, 32,4% da renda interna estadual gerada diretamente pelo setor cafeeiro e em 1960 “verificou-se que 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual estava empregada no setor agrícola” (ROCHA; MORANDI, 2012, p.74), que naquele momento era quase todo cafeicultor. A própria indústria capixaba era bastante influenciada pela produção do café, já que durante muito tempo este setor foi comandado pela indústria de alimentos, que tinha como principais atividades o beneficiamento, a torrefação e a moagem de café (Ibid.).

Na primeira metade dos anos 1950 houve o boom cafeeiro, uma larga expansão das lavouras e um aumento expressivo na produção do café, o que não se constatou apenas no Espírito Santo, mas atingiu todas as regiões cafeeiras do país. A oferta de café teve um aumento imenso em pouco tempo, verificando-se a ocorrência de safras anuais extraordinárias, mas do outro lado a demanda pelo produto - principalmente a demanda internacional - não subiu. O resultado foi uma queda vertiginosa dos preços internacionais do café, gerando uma crise do setor em escala nacional (Ibid.).

Como a repercussão da crise foi muito negativa para o país, o governo federal lançou mão do “Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura - Gerca - cuja tarefa fundamental era executar o planejamento da produção cafeeira com o objetivo principal de redução das supersafras” (Ibid., p.77). Na prática, o papel central do Gerca foi a erradicação dos cafezais antieconômicos, a partir de uma indenização por pé erradicado - o que foi para muitos produtores “mais atraente e rentável do que a manutenção da planta e a colheita do produto” (Ibid., p.80).

Um dos estados que mais sofreu com essa erradicação - não somente porque era muito dependente do café, mas também porque foi um dos estados onde mais

foram erradicados pés de café - foi o Espírito Santo (Ibid.). A explicação para essa maior concentração da erradicação neste estado está no fato de que aqui o café era “cultivado sem técnica, apresentando baixa produtividade e um fruto de má qualidade” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.118), classificando-se, portanto, como produto de cafezais antieconômicos.

Paralelamente a isso – e, de certa forma, em segundo plano - temos um certo desenvolvimento industrial no estado, oriundo do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. O Plano de Metas acabou por se concentrar no eixo Rio-São Paulo, mas alguns investimentos resvalaram de leve no Espírito Santo, principalmente nos gêneros de metalurgia, minerais não metálicos e produtos alimentares (ROCHA; MORANDI, 2012). Esses investimentos foram, entretanto, pouco significativos na dinâmica econômica e populacional estadual; a política de erradicação do café foi muito mais vigorosa.

O resultado mais crucial da erradicação dos cafezais foi a “substancial redução de renda e de emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de ‘expulsão’ da população do campo para as áreas urbanas” (ROCHA; MORANDI, 2012, p.81). A Grande Vitória foi o ponto mais chamativo para esses migrantes:

Sem perspectivas diante do esgotamento da lavoura cafeeira, muitos trabalhadores rurais, pequenos proprietários e suas famílias, recebendo a indenização proveniente do café erradicado e da venda de suas terras, deixaram o campo, na expectativa de buscar alternativas de vida nas cidades mais desenvolvidas - para a Grande Vitória convergiram os maiores fluxos migratórios (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.15).

Durante as décadas de 1950-60, a lógica espacial para o imigrante que chegava do campo e de cidades do interior na Grande Vitória era simples: aqueles que tinham melhor renda caminhavam geralmente em direção à cidade de Vitória e ocupavam os melhores lugares; os de menor poder aquisitivo buscavam aquilo que sobrava, isto é, as piores áreas tanto na capital quanto nas cidades vizinhas, “onde a inexistência de infraestrutura urbana, manifestando-se no preço quase nulo da terra, não foi obstáculo para o seu estabelecimento na chamada periferia da capital” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.15).

Se as dinâmicas econômica e populacional no Espírito Santo durante essas duas primeiras décadas foram geradas pela crise do café, as décadas que se seguem

(1970-80) vão ser dinamizadas pelo “boom” da atividade industrial. O contexto é o do governo ditador dos militares, que entraram no poder em 1964 e aplicaram até 1985 uma política econômica baseada no desenvolvimento e na intervenção estatal, além de uma clara abertura ao capital internacional. Desta forma, os investimentos industriais feitos no estado - os chamados “grandes projetos” - não vieram do capital local, mas, sim, de investimentos estatais e externos:

Foram os grandes projetos, que se seguiram aos incentivos fiscais de âmbito local, os responsáveis pela supremacia econômica da indústria no território estadual, sem, contudo, depender, para seus investimentos, do capital local. Tratou-se de investimento externo e estatal em consonância, na época, com a política federal para o setor, que privilegiava as indústrias produtoras de insumos básicos (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.121).

A instalação dos grandes projetos deu-se especialmente na capital, focalizando o caráter portuário da cidade, com “obras de dragagens, construção de ferrovias, balizamento do Porto de Vitória, construção do Terminal de Tubarão, construção do Terminal de Capuaba e do Terminal de Portocel” (COUTINHO, 2019, p.31). Outros setores da indústria tiveram grande alavancagem, potencializados principalmente pelo capital externo (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Daí tem-se novas e grandes levas de imigrantes chegando à Grande Vitória, agora provenientes do interior do estado e também de outras “localidades de estados vizinhos, especialmente Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro” (ROCHA; MORANDI, 2012, p.40). A causa central de tais migrações é a busca por emprego neste setor industrial em plena ascensão.

A partir de 1975, o café volta a ganhar força no campo - chegando a retomar seu antigo patamar de grande produto agrícola capixaba nas décadas seguintes -, mas volta com outra lógica produtiva, baseada muito mais no assalariamento e em novas técnicas de cultivo e beneficiamento, o que gerou maior produtividade, ao mesmo tempo que diminuiu sua capacidade empregadora (ROCHA; MORANDI, 2012). Por outro lado, a indústria recebia fortes incentivos e atraía grande massa de trabalhadores para as cidades.

A lógica espacial para o imigrante foi a mesma do período anterior, com o agravante de que a terra era ainda mais escassa (já o era em 1950-60). Como Francisco de Oliveira (1982) acentuou, a industrialização brasileira teve essa tendência de levar para perto de si, além da força de trabalho que seria empregada,

tudo um exército industrial de reserva. No caso capixaba, o exército industrial de reserva se concentrou fortemente na Grande Vitória (principalmente na capital), levando as pessoas mais pobres a ocuparem os piores e mais baratos lugares da cidade:

Não houve a esperada absorção desses contingentes de trabalhadores pelos novos setores dinâmicos da economia local, sobretudo por se tratar de mão-de-obra pouco ou nada qualificada. [...] A manifestação espacial urbana clara desse processo foi o surgimento de inúmeras e novas favelas, ocupações de morros e do **manguezal** existente no entorno da ilha (FREIRE, 2004, p.109, grifo nosso).

Rocha e Morandi (2012) sintetizam essas décadas de transição capixaba da seguinte forma: no primeiro momento a migração rural-urbana estava ligada à realidade agrícola. Por um lado, havia a “própria natureza da pequena propriedade familiar, que, ao saturar a sua capacidade de absorção do crescimento da família, acabava expulsando parte dela para o meio urbano” (Ibid. p.149). Esse processo exemplifica assim o que Paul Singer (1973) chamou de Fatores de Estagnação, “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis” (Ibid. p.38), levando “à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural” (Ibid. p.38).

Por outro lado, havia “a crise de preços do café, a qual esteve associada à política de erradicação das lavouras” (ROCHA; MORANDI, 2012, p.149). Como a cafeicultura era a grande empregadora da força de trabalho, o fluxo de emigrantes do meio rural foi bastante expressivo (Ibid.). Dessa forma a erradicação das lavouras poderia ser classificada como aquilo que Singer (1973) nomeou de Fatores de Mudança, “que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, [...] tendo por objetivo o **aumento da produtividade do trabalho** e a consequente redução do nível de emprego (Ibid. p.38, grifo nosso). Basta lembrar que a principal prática do Gerca era a erradicação dos cafezais antieconômicos, isto é, pouco produtivos. Soma-se a tal situação a expansão da pecuária nas áreas liberadas pelo café. O governo federal estimulou a pecuária especialmente no primeiro quinquênio dos anos 1970, uma atividade que quase não utiliza mão de obra se comparada ao cultivo do café.

Os Fatores da Mudança levam a um fluxo muito maior de emigração do que os Fatores de Estagnação e “fazem parte do próprio processo de industrialização, na

medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho” (Ibid. p.38). No caso dos cafezais capixabas, as mudanças foram feitas a partir de uma intervenção estatal, mas o objetivo era o mesmo: modificar as bases produtivas do campo visando uma maior produtividade, evitando supersafras. Isso demonstra bem a visão de Francisco de Oliveira (1982) sobre o Estado brasileiro na sua ação de direcionar o capital do meio agrícola para o setor industrial, visando um crescimento deste último.

No segundo momento, a migração rural-urbana continuou ligada às transformações do meio agrícola, mas foi muito influenciada também pela atração industrial (ROCHA; MORANDI, 2012). As relações no campo continuaram funcionando como Fatores de Mudança, agora representados de forma mais clara pela industrialização da agricultura: “no meio rural expandiu-se o sistema empresarial com o que se disseminaram as relações de assalariamento, ao mesmo tempo em que aumentou de forma significativa a intensidade tecnológica da agricultura” (Ibid. p.151). Essa transformação serviu em muito para incentivar a emigração “na medida em que foi crescentemente poupadora e liberadora da força de trabalho” (Ibid. p.151).

Por outro lado, a atratividade do setor urbano-industrial estaria ligada aos Fatores de Atração: “entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas **empresas industriais**, mas também a que resulta da expansão dos serviços” (SINGER, 1973, p.40, grifo nosso).

Tem-se, assim, o contexto histórico de desenvolvimento da Grande Vitória na segunda metade do século XX, contexto esse que origina o bairro Primeiro de Maio.

4. TRANSFORMAÇÃO DO MANGUEZAL EM ÁREA URBANA: O CASO DO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO

Como dito anteriormente, os resultados alcançados foram divididos em três partes: a primeira referente aos acontecimentos dos anos 1970 – que marcam o começo da ocupação da área; outra focalizando a década de 1980 – período em que são feitos diversos estudos e melhorias no bairro, como o aterro; e a última seção para o período entre os anos 1990 e 2015 – que representa a expansão das moradias para além daquilo que já estava consolidado pelo aterro.

Parte considerável das informações aqui apresentadas são oriundas dos estudos realizados pelo Projeto Especial de Cidades de Porte Médio – CPM/BIRD, que era financiado pelo Governo Federal e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e realizado em conjunto com governos estaduais e municipais na década de 1980. O projeto se insere na lógica desenvolvimentista do governo militar e tinha como objetivo a "indução das atividades econômicas, da infraestrutura urbana e da gestão municipal" (NUNES, 2020, p.17), tendo como foco "as famílias com rendimentos abaixo do limite da pobreza relativa" (Ibid., p.17).

No Espírito Santo, os levantamentos do projeto ficaram nas mãos do Instituto Jones dos Santos Neves, que estudou o Aglomerado Urbano de Vitória – AUV, no qual Primeiro de Maio se inseria. A partir desses levantamentos foi possível compreender como ocorreu a ocupação da área na década de 1970 e os projetos de melhorias na década de 1980.

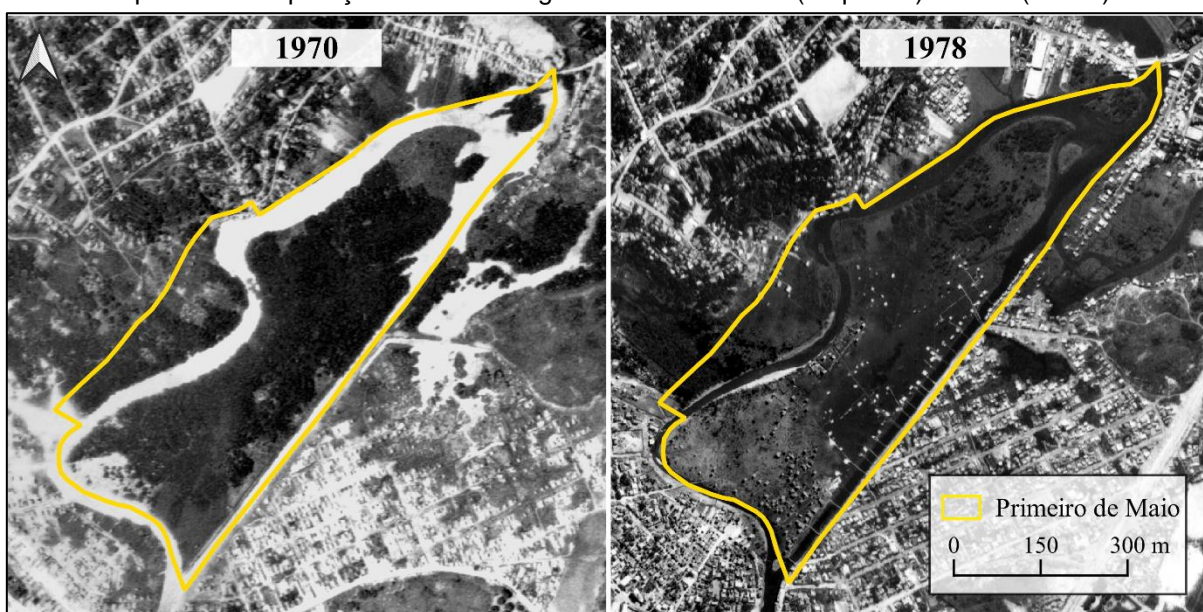
4.1. 1970

A década de 1970 marca o princípio da ocupação da área que viria a se tornar o bairro Primeiro de Maio. Esse fato é facilmente notado quando comparamos as imagens aéreas dos anos de 1970 e de 1978 (Mapa 02): a fotografia do primeiro ano apresenta a área sem qualquer ocupação, apenas com a presença do manguezal e do rio; enquanto no segundo ano (1978) são visíveis alguns barracos e passarelas, principalmente na porção sul e leste do polígono.

A história do bairro Primeiro de Maio está diretamente ligada à história de Santa Rita, bairro vizinho que surgiu uma década antes e que já estava consolidado quando

a ocupação daquele começou (A Gazeta, 2007). A ocupação da ilha que viria a ser Primeiro de Maio foi em sua maior parte realizada a partir de Santa Rita, que faz fronteira à leste. A ligação entre os dois bairros é tamanha que frequentemente chamavam Primeiro de Maio de Ilha de Santa Rita, Santa Rita II, Mangue de Santa Rita ou apenas Santa Rita, como se fossem o mesmo bairro. A área vai ser oficialmente nomeada como Primeiro de Maio apenas em 1986, por meio da lei nº 2263/1986 da Prefeitura Municipal de Vila Velha – PMVV: "Fica denominado de 'Bairro 1º de Maio' a localidade conhecida como mangue de Santa Rita, situada anexa ao Bairro Santa Rita, neste Município". Sendo assim, quando algum desses nomes surgirem ao longo do trabalho, eles serão utilizados para se referir à área que viria a ser Primeiro de Maio propriamente.

Mapa 02 – Comparação entre as imagens aéreas de 1970 (esquerda) e 1978 (direita).



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Apesar de muitos dos relatórios e estudos feitos pelo IJSN tratarem a ocupação em questão como uma invasão – assim também fizeram diversas reportagens que trataram deste tema –, a ocupação da ilha deu-se, na verdade, sob autorização e, de certa forma, por incentivo da PMVV. Isso se deu da seguinte forma: a Prefeitura realizou uma planta de loteamento que continha a discriminação dos lotes com 300m² (que posteriormente viriam a ser de 150m²), do sistema viário e ainda de uma área reservada a uma praça pública. A PMVV então “doava” os lotes à população carente, através de um “documento”, que se tratava de uma planta de situação que localizava

o lote dentro do “loteamento” (IJSN, 1983). Acontece que a Prefeitura nunca chegou a realizar esse loteamento na prática e nem poderia ou deveria fazê-lo.

Como já foi dito, a ilha em que se localiza Primeiro de Maio é uma área de manguezal, logo, sofre influência da maré e, portanto, é Terreno de Marinha, pertencente à União e não ao município de Vila Velha. Dessa forma, a PMVV não teria autoridade suficiente para realizar o loteamento; ao menos não antes de uma doação da União ao município.

Há também o fato de que a ilha não era própria à ocupação: estava “a 0,70m abaixo da cota da maré máxima” (IJSN, 1983, p.6) – o que quer dizer que ao menos uma vez ao dia a ilha era completamente submersa, como se observa na Figura 1, que mostra a ilha completamente submersa no ano de 1978. Seria necessário uma série de obras de infraestrutura na área, como aterro e contenção das águas, para ser válido qualquer tipo de loteamento – o que não foi feito pela PMVV.

Figura 1 – Vista aérea de Primeiro de Maio completamente alagado em 1978.

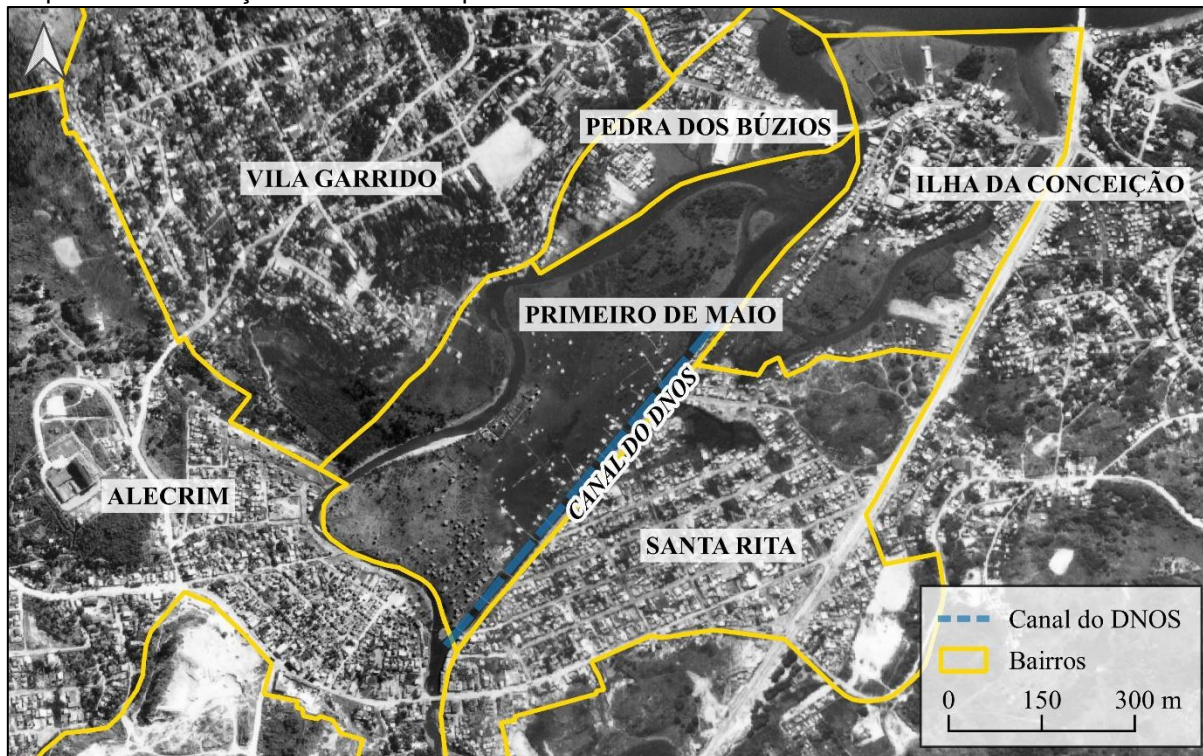


Fonte: IJSN (1978).

Além disso, nos anos 60, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS abriu um canal, que hoje é a divisa entre Primeiro de Maio e Santa Rita, como se vê no Mapa 03. O objetivo do canal era impedir a entrada da maré e o alagamento do bairro de Santa Rita e “possibilitar melhores condições de vida aos ocupantes da

área e **impedir a continuação desta ocupação mangue a dentro**” (IJSN, 1983, p.6, grifo nosso), isto é, impedir a ocupação da Ilha de Santa Rita.

Mapa 03 – Localização do Canal feito pelo DNOS nos anos 1960 entre Primeiro de Maio e Santa Rita.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Apesar de todos esses pontos, a PMVV realizou essas “doações”, o que parece indicar, como os próprios técnicos do IJSN apontam, uma tentativa de preservar os melhores lugares para aqueles que podem pagar: “Ao longo dos últimos 10 anos o poder público, **para preservar áreas de interesse do setor imobiliário**, promoveu informalmente a ocupação da Ilha de Santa Rita [...]” (IJSN, 1983, p.6, grifo nosso). E realizou isso a partir de uma “invasão autorizada”: “A invasão desta área foi feita com autorização da PMVV” (IJSN, 1984, p.24). Na prática, a Prefeitura nunca teria a autoridade para determinar qualquer ocupação no local.

Sendo assim, neste trabalho não trataremos a população que ocupou esta área como “invasora”, apesar de a mesma ter sido comumente tratada desta forma; afinal, a população parece ter acreditado nas promessas da Prefeitura. A população ocupante não conseguiu seguir com rigor o loteamento proposto pela PMVV, uma vez que não tinha o conhecimento e os instrumentos necessários para determinar a localização exata de seus lotes, passando a construir da forma e onde era possível. Porém, os moradores mantiveram intacta aquela área que seria destinada à praça,

demonstrando uma esperança de ação da Prefeitura na área e a construção da praça (IJSN, 1983). Mas ela nunca foi construída.

A população que chegou na década de 1970 era, em sua maioria, composta por imigrantes vindos do interior do Espírito Santo e de estados vizinhos, comprovando, assim, a hipótese original da pesquisa sobre a origem dessas pessoas. Como mostram alguns levantamentos realizados pelo IJSN: “A Pesquisa de Reconhecimento demonstrou que a maioria dos chefes de família nasceu no interior do Espírito Santo e Minas Gerais, **sendo que a Ilha de Santa Rita não é o primeiro lugar de moradia deles na Grande Vitória**” (IJSN, 1983, p.7, grifo nosso). “Mais da metade dos entrevistados em ambos os bairros [Santa Rita e Alecrim] são procedentes do interior do norte do Espírito Santo; um pouco menos de 40% vieram de outros estados e **cerca de 10% da Grande Vitória**” (FJSN, 1978, p.9, grifo nosso).

Assim tem-se toda uma população que encontra dificuldades de se reproduzir no campo e é impulsionada para o meio urbano, no contexto da erradicação dos cafezais e da industrialização. Essas famílias de imigrantes chegavam à Grande Vitória em busca de uma vida melhor, mas não encontravam meios de se estabelecer nos locais com melhor infraestrutura. “Indagados sobre o motivo pelo qual residem em Santa Rita, 50% das respostas foram relacionadas com ‘a busca de uma vida melhor’” (Ibid.).

Importante destacar que em geral essas famílias já haviam morado em outras cidades da Grande Vitória, o que demonstra que estas pessoas, por seu baixo poder aquisitivo, foram obrigadas a chegar ao extremo de habitar o manguezal por não poder pagar o preço de uma moradia digna.

Se considerarmos que a Ilha é um dos locais menos aconselhados para a ocupação na Grande Vitória, concluiremos que esta população vem sofrendo expulsões ao longo dos anos, do campo para a cidade e internamente na própria cidade (IJSN, 1983, p.7).

A população que chegava à Ilha era aquela que já havia passado por todos os outros lugares e, não encontrando local onde pudesse ocupar, recorria a esta última opção. Não é por acaso que muitas das pessoas que chegavam à Ilha guardavam consigo a esperança de conseguir um lugar melhor para ocupar, tanto que parte considerável da população residia por pouco tempo no local.

A Ilha de Santa Rita funciona como um "depositário", isto é, vão para lá as famílias que não tem nenhuma outra opção de local para se

instalarem e ocupam aquele mangue na expectativa de surgir uma outra área mais apropriada e então promover uma invasão em definitivo (Ibid., p.7).

Como a Prefeitura nunca tomou parte na construção do bairro ou das habitações, a ocupação originária deu-se pela autoconstrução, de forma precária e individual. A população que residia em Primeiro de Maio nesse período era uma das mais pobres de toda GV (Grande Vitória), não tinham, portanto, os meios necessários para construir moradias seguras e estáveis. A estratégia usada foi a citada anteriormente, uso de barracos de madeira – que geralmente era retirada da própria vegetação do manguezal –, passarelas improvisadas (as chamadas pinguelas), tendo como base estacas de madeiras, configurando-se uma ocupação em palafitas (Figura 2).

A região habitada mais à jusante da bacia são os manguezais de Santa Rita, mais precisamente a Ilha de mesmo nome, na qual reside a população mais carente da Grande Vitória, em condições subumanas de existência, pois seja, as habitações são em forma de palafitas, sendo os esgotos e demais detritos lançados diretamente nas águas sob as habitações, vindo a constituir sérios focos de doenças. (IJSN, 1982, p.7)

Figura 2 – Barracos e passarelas improvisadas sobre palafitas em Primeiro de Maio em 1978 (esquerda) e 1982 (direita).



Fonte: IJSN (1978 e 1982), adaptado pelo autor.

A construção das moradias em si dava-se a princípio de forma individual, sendo cada família responsável por erguer sua casa. Por outro lado, a conexão entre as

casas e com a saída do bairro dava-se a partir do trabalho em conjunto, conectando uma casa a outra com as passarelas, até a saída da Ilha – hábito comum em áreas alagadas –, como fala uma antiga moradora do bairro, Tereza de Oliveira Leite, para uma reportagem de A Tribuna (2003): “Construí minha casa no meio da água. Com a chegada dos vizinhos, fomos emendando uma pinguela na outra para possibilitar a passagem por cima da maré”.

Figura 3 – Destaque para as passarelas improvisadas (as pinguelas) em Primeiro de Maio, conectando as moradias com a saída da Ilha de Santa Rita.



Fonte: IJSN (1978), adaptado pelo autor.

Algumas partes do bairro passaram por aterros ainda na década de 1970. Entretanto, os aterros eram feitos de forma precária e amadora, usando entulho e lixo, que em determinado momento era depositado pela própria PMVV; o lixo também era utilizado como meio de subsistência por parte da população:

[...] a maior parte [dos aterros foi feita] por meio de lixo em estado natural, isto é, sem o mínimo tratamento. Tanto é que o que despertou o interesse da população em se fixar no local foi a possibilidade de sobrevivência através dos dejetos encontrados no lixo despejado diariamente, a partir do ano de 1978 (IJSN, 1984, p.23-24).

Os barracos construídos eram muito precários e a maioria da população vivia “em habitações de condições verdadeiramente sub-humanas” (FJSN, 1978, p.10). Em média, residiam numa mesma moradia 6 pessoas, sendo que dessas habitações “[...]”

63% possuem de 3 a 5 cômodos e 32% de 1 a 2 cômodos (incluindo-se o cômodo sanitário)” (IJSN, 1983, p.8), sendo necessário usar outros cômodos como dormitório.

As “casas” – segundo um técnico do IJSN, as moradias da área seriam melhor classificadas como “abrigo primitivo” do que como casas propriamente (IJSN, 1983) – não tinham acesso a nenhum sistema de esgoto. Os dejetos eram jogados diretamente nas águas do manguezal, “[...] ocasionando o aumento de índice de sua poluição e a continuada proliferação de insetos e doenças contagiosas [...]” (Ibid., p.10). Alguns barracos sequer tinham uma instalação sanitária, isto é, qualquer tipo de cômodo utilizado para este fim (Ibid.).

A população não tinha acesso à energia elétrica, mas muitas habitações utilizavam ligações coletivas, os chamados “bicos de luz”, que eram feitas com os bairros vizinhos. O mesmo acontecia com o serviço de água. Como essas ligações coletivas eram precárias, dificilmente a presença da água e da energia elétrica era constante (Ibid.).

Havia ainda a questão das palafitas: eram construídas também de forma precária e não era incomum que desmoronassem ou que fossem instáveis, o que provocou algumas tragédias locais: “Houve casos de crianças caídas na maré ao passar pelas passarelas improvisadas. A maioria, as pessoas salvavam, mas algumas morreram afogadas.” (A Tribuna, 2003, p.5).

Como dito, a população que chegou nos primeiros anos da ocupação recebia os lotes diretamente da Prefeitura de Vila Velha, naquelas “doações irregulares”. Sendo assim, eram “donas” (como a própria população se reconhecia) de suas casas, sem necessariamente haver um comércio de lotes ou casas: “Com relação à situação de moradia, 85% das famílias cadastradas em casa própria, 9% em casa alugada e 6% em casa cedida.” (IJSN, 1983, p.8). Não há muitos registros que tratem de constantes vendas de lotes na área, mas alguns relatórios deixam a entender que houve, sim, algum comércio: “Os terrenos são invadidos e as transações são feitas através de recibo” (IJSN, 1980, p.125).

Além disso, é indicado em alguns relatórios que as pessoas residiam por pouco tempo na Ilha: “O tempo de residência naquela área é relativamente curto [...]” (FJSN, 1978, p.10); “[...] segundo a Pesquisa de Reconhecimento, 51% das famílias residem na Ilha há menos de 02 anos” (IJSN, 1983, p.8). Isto indicaria que algumas pessoas vendiam seus barracos na área, possivelmente por terem conseguido um lugar melhor para viver.

Tem-se, assim, a lógica geral pela qual a ocupação da área que viria a ser Primeiro de Maio se deu. Uma ocupação feita por imigrantes, no contexto da erradicação dos cafezais e da industrialização no estado do Espírito Santo. Uma ocupação autorizada e incentivada pela Prefeitura de Vila Velha, que agia no sentido de preservar as áreas nobres da cidade da invasão dessa população ao jogá-la manguezal a dentro, sem proporcionar o mínimo de infraestrutura ou auxílio para essas pessoas – e sem sequer ter autoridade para lotear e doar esta área. Tudo indica que a população agiu de boa-fé ao receber a “doação” da PMVV, crente que era de fato dona de seus terrenos.

A construção da área se deu também sem a participação da Prefeitura, seja das casas, das pinguelas, dos aterros, das conexões de água e energia elétrica. Em verdade, podemos admitir que a ação estatal na área se deu unicamente no sentido de excluir essa população de forma intencional do resto da cidade, empurrando para elas um terreno alagado e impróprio para habitação, sujeitando essas famílias à uma vida subumana.

O surgimento dessa ocupação na ilha é fruto em parte da ação federal – uma vez que essa população saiu do meio rural, após ser expulsa pela erradicação dos cafezais e pela nova estrutura agrícola e industrial, e chegou ao meio urbano atraída pelas possibilidades das novas indústrias, e todos estes fenômenos foram oriundos da intervenção federal; e em parte pela ação municipal – na medida em que a Prefeitura de Vila Velha não apenas impulsionou essas pessoas para a Ilha de Santa Rita, mas também não ofereceu nenhum auxílio para que essa ocupação fosse minimamente digna.

Nessa primeira década de ocupação, a paisagem foi transformada centralmente pela população, mesmo que por trás disso tenha ocorrido a ação do Estado. Nas décadas seguintes, essa lógica muda.

4.2. 1980

A década de 1980 foi marcada pelos inúmeros estudos e levantamentos realizados na área de Primeiro de Maio e, posteriormente, pelas obras de infraestrutura e outras melhorias que foram feitas no bairro, mesmo que de forma mais lenta e gradual. Na verdade, pode-se dizer que foram feitos muitos mais estudos e projetos do que melhorias em si.

O contexto é o do já citado Projeto Especial de Cidades de Porte Médio – CPM, que no Espírito Santo estudou o Aglomerado Urbano de Vitória, que abarcava algumas regiões da Grande Vitória. Dentro destas regiões estava o Aglomerado Santa Rita, composto por: Alecrim, Santa Rita (incluindo a Ilha de Santa Rita), Pedra dos Búzios, Capuaba, Vila Garrido e Ilha da Conceição (IJSN, 1980).

Entre os inúmeros objetivos do Projeto no Aglomerado Santa Rita, na Ilha de Santa Rita era um dos objetivos específicos: “Estudar alternativas de **baixo custo** para a urbanização da Ilha de Santa Rita (sob os aspectos de ocupação urbana da ilha, esgotos sanitários, drenagem, sistema viário básico, coleta de lixo e saúde pública)” (IJSN, 1982, p.13, grifo nosso). Apesar disso, a Ilha é deixada de lado e não é incluída na área beneficiada, pois, segundo relatório do IJSN (1983, p.01), “a complexidade técnica de sua intervenção e a ausência de dados hidrológicos e geotécnicos não permitiram o equacionamento da sua solução”.

Desta forma, a Ilha de Santa Rita não foi contemplada com convênios que garantissem a execução de obras (Ibid.). Sem os investimentos do CPM para a execução das obras (por outro lado, os estudos e projetos ainda eram financiados pelo CPM), a Prefeitura de Vila Velha toma para si a responsabilidade de realizar obras de urbanização na Ilha.

É importante destacar que desde o princípio esteve presente nas diretrizes do CPM, dentro dos estudos do Aglomerado Urbano de Vitória, a questão do baixo custo que os projetos deveriam ter. Em praticamente todos os relatórios apresentados é citado que as alternativas de urbanização deveriam ser as mais econômicas quanto possível: “As alternativas estudadas deverão ter como **premissa básica o baixo custo** de execução das obras, podendo, para isso, adaptar-se os critérios das normas à realidade do local, não afetando porém o desempenho do sistema.” (IJSN, 1982, p.16, grifo nosso). Ou seja, era válido até mesmo ultrapassar as normas de engenharia, contando que o preço das obras fosse baixo. Essa era uma ordem vinda de cima, do governo federal, presente desde o começo do Projeto, como é possível perceber na fala do secretário-executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU (um dos órgãos do Ministério do Interior que estava por trás do CPM): “atenderemos a população dentro do realizável”, “estão sendo consideradas obras de infraestrutura, mas terá de ser visto o que é viável” (A Tribuna, 1983).

Apesar desses reveses, as pesquisas e levantamentos realizados na Ilha são consideravelmente extensos e abrangentes. São feitas diversas pesquisas técnicas

sobre dados geofísicos e hidrológicos, para se compreender melhor a área, seu comportamento e as melhores possibilidades de intervenção, mas também são feitas pesquisas sobre a população que vivia na Ilha, sua origem, renda, emprego, nível de escolaridade, participação comunitária, etc. – dentre os quais alguns foram tratados no item anterior.

É válido destacar que as autoridades e técnicos envolvidos no Projeto davam grande importância à região – se a mesma ficou sem a verba federal para as obras foi unicamente por conta das complexidades técnicas e da falta de dados –, não só pela situação da população, que era considerada uma das piores de toda Grande Vitória (como supracitado), mas também pelo próprio manguezal, que era o último presente no município de Vila Velha: “Atualmente, as áreas de mangues do município se resumem basicamente ao longo do rio Aribiri, com maior concentração na sua foz” (IJSN; FCAA, 1983, p.77).

É na década de 1980 que o manguezal do bairro vai ser destruído e ocupado completamente. O que está por trás dessa eliminação total do manguezal é o processo de aterro que ocorreu ainda nessa década. A Figura 4 mostra como estava a ocupação da ilha no ano de 1986. É possível observar que ainda há alguns resquícios de manguezal na porção norte da área em estudo, que era o local de mais difícil acesso. Entretanto, todo o território do bairro é aterrado ainda nessa década.

Figura 4 – Fotografia aérea de Primeiro de Maio em 1986.



Fonte: IJSN (1986), adaptado pelo autor.

Como ocorreu o processo de aterro da ilha e quando ele se deu exatamente são duas perguntas difíceis de responder com precisão. Isso porque, apesar de a equipe do IJSN (dentro do CPM) ter realizado algumas propostas de aterro, nenhuma delas foi levada à frente, visto que a verba para essas obras já não existia. Quem leva a cabo o aterro e as posteriores obras de infraestrutura é a Prefeitura de Vila Velha, cujos projetos e planejamentos não foi possível acessar. Há, entretanto, alguns indícios de como se deu o aterro e uma indicação das datas.

O planejamento inicial, realizado pelos técnicos do IJSN-CPM, propunha 4 propostas de intervenção sendo elas: Aterro Total – o aterro e urbanização de toda a Ilha; Aterro Parcial – isto é, aterro apenas do sistema viário e das áreas destinadas aos equipamentos públicos; Melhoria das Passarelas; e Relocação – que contava não apenas com a relocação da população, mas também incluía a posterior eliminação da Ilha (IJSN, 1983).

Além disso, outros benefícios estavam garantidos (no planejamento) aos moradores:

Em qualquer das alternativas procurou-se dar aos moradores alguns itens mínimos e equipamentos de consumo coletivo que garantissem a qualidade de vida urbana, ou seja: unidades sanitárias, energia elétrica, iluminação pública, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, circulação, abastecimento de água, coleta de lixo e equipamentos sócio comunitários [...] (IJSN, 1983, p.9).

Entretanto, não foi possível verificar se esses benefícios foram ofertados na prática à população. Há indícios que apontam, na verdade, o contrário – como será discutido mais à frente.

A proposta do Aterro Total foi considerada a mais adequada. As outras foram descartadas ou porque iriam beneficiar de forma quase insignificante a população – como é o caso do Aterro Parcial e da Melhoria das Passarelas – ou porque foram consideradas de custo muito elevado. Esse último foi o caso da Relocação da população, uma vez que seria necessário encontrar terras livres e construir casas para toda essa população, o que ia contra as diretrizes do Projeto.

Desde o princípio estava prevista a participação popular na decisão de qual intervenção seria a mais adequada: o IJSN deveria “encaminhar a discussão com a comunidade no sentido de definir a intervenção a ser realizada na Ilha” (Ibid., p.02). É evidente que a escolha da população estava abaixo do critério do baixo custo de execução. Na prática, as reuniões para discussão do tema serviam para apresentar a

proposta à população e convencê-la a facilitar o processo. Quando as obras passam à administração municipal, isso não se altera.

Tendo sido escolhida a opção de intervenção mais adequada, inclusive com a participação popular, os técnicos entregaram para a PMVV duas opções de projeto de aterro/loteamento, sendo que a diferença entre elas estava nas vias de acesso da Ilha (a Figura 5 apresenta a comparação entre as duas opções). Além disso, havia projetos e planejamento para o sistema de esgoto, drenagem, coleta de lixo e a construção de equipamentos públicos, como uma creche e um centro comunitário.

Figura 5 – Comparação entre as duas propostas de aterro/loteamento sugeridas pelo IJSN.



Fonte: IJSN (1980), adaptado pelo autor.

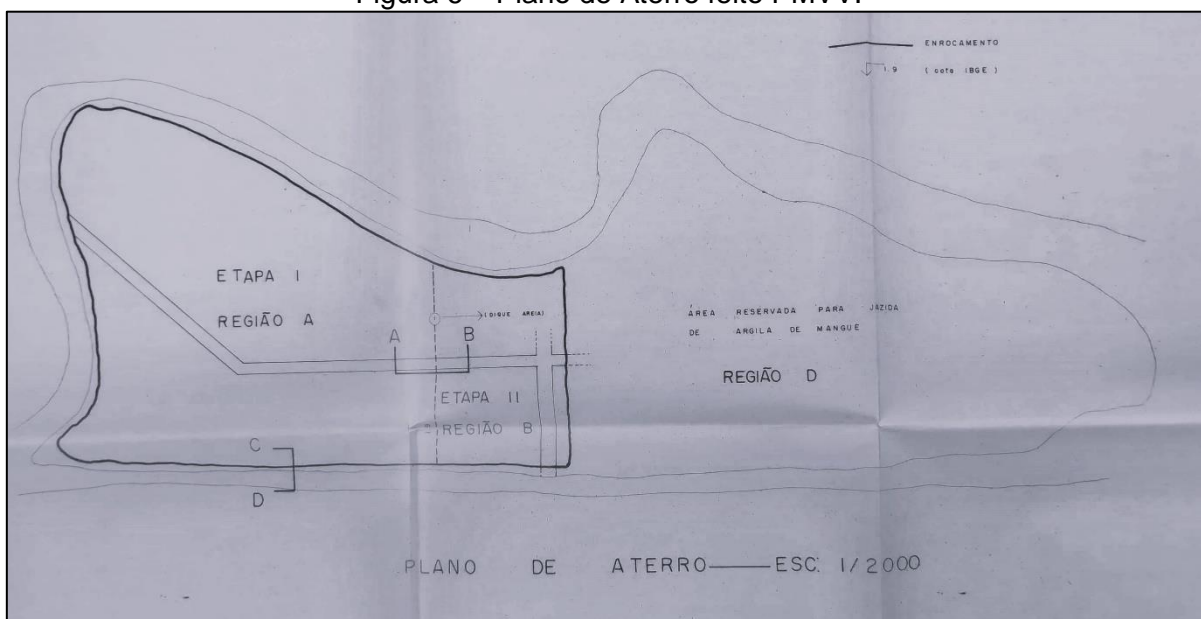
É interessante destacar que nessas duas opções de aterro apresentadas pelo IJSN havia o planejamento ainda de se construir a praça, prometida pela PMVV desde a origem da ocupação.

As duas plantas de aterro/loteamento do IJSN projetavam, intencionalmente, uma via que circundava a Ilha. Esta via perimetral tinha como objetivo central limitar a ocupação da população, evitando assim a expansão dos barracos para as margens do rio Aribiri, pondo como “barreira” física uma via asfaltada. Essa é uma estratégia muito conhecida e utilizada no planejamento urbano, que já se mostrou eficaz em diversos momentos, como no caso do bairro Maria Ortiz, em Vitória - ES, apresentado no trabalho de Coutinho (2019).

Como as obras não receberam a verba federal, o planejamento realizado até aquele momento sofreu graves alterações. Como supracitado, não foi possível, por falta de documentação, encontrar os planos das obras que de fato foram realizadas pela PMVV. Há, entretanto, um relatório do IJSN (1983) que apresenta, em seu final, aquilo que seria a proposta inicial da Prefeitura de Vila Velha.

A proposta se assenta centralmente na questão do aterro e do loteamento; as outras obras de infraestrutura e melhorias não são citadas neste documento. A Figura 6 apresenta o plano de aterro e loteamento da Ilha de Santa Rita feito pela Prefeitura. A PMVV manteve a estratégia do uso da via perimetral para evitar a expansão da ocupação.

Figura 6 – Plano de Aterro feito PMVV.



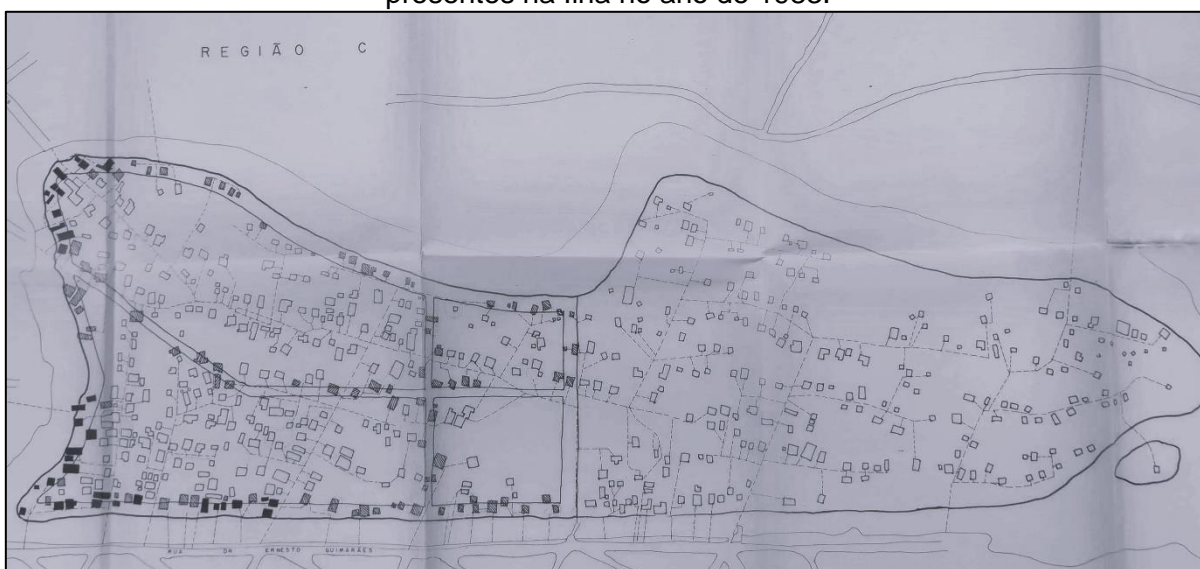
Fonte: IJSN (1983), adaptado pelo autor.

A diferença mais discrepante entre esse plano de aterro e aqueles apresentados pelo IJSN é a área da Ilha que seria aterrada, já que a Prefeitura planejava aterrar apenas a metade sul da Ilha. A explicação para tal medida está no fato de que a porção norte da Ilha (a Região D da Figura 6) era menos favorável ao processo de aterro, sendo considerada até mesmo inviável para este tipo de obra. Essa parte da Ilha serviria como jazida, de onde seria retirado o material básico para o aterro, isto é, argila.

Como metade da área não seria aterrada, mas, sim, eliminada para evitar posteriores ocupações, havia um plano de remanejamento das pessoas e barracos que existiam na Região D. A Figura 7 apresenta a quantidade de lotes que existia em

cada Região, assim como a área destinada a ser a Região C, que seria aterrada primeiro e receberia as famílias remanejadas da Região D e é a única porção continental de Primeiro de Maio. Esta porção continental ainda faz parte do território considerado pela Prefeitura como Primeiro de Maio, mas a população que vive no local pouco se identifica com esse endereço, sendo mais comum que digam que moram em Alecrim ou Vila Garrido, bairros que fazem fronteira e que compartilham mais vivências e similaridades com essa área.

Figura 7 – Planta sobrepondo o Plano de Aterro feito PMVV com a restituição dos barracos presentes na Ilha no ano de 1983.



Fonte: IJSN (1983), adaptado pelo autor.

Há alguns indícios de que as obras de aterro começaram no ano de 1984. O primeiro indício é o relatório final sobre a urbanização da Ilha de Santa Rita, produzido pelos técnicos do IJSN, que data de novembro de 1983 e indica que a Prefeitura logo começaria as obras. O segundo indício é a fala do ex-prefeito de Vila Velha, Vasco Alves (cuja gestão foi de 1983 até 1986), em uma reportagem de A Tribuna (2003), na qual ele afirma que as obras começaram em 1984 e terminaram no ano seguinte, 1985.

A despeito da fala do ex-prefeito, não é possível afirmar que as obras duraram apenas esses dois anos, visto que a Figura 4 não apresenta a ilha plenamente aterrada e urbanizada, mesmo estando já em 1986. É possível que o ex-prefeito estivesse se referindo a um aterro parcial da ilha e que o resto da área tenha sido aterrada nos anos seguintes ou mesmo que ele tenha feito a fala apenas para

engrandecer a sua administração. Não temos material que justifique a defesa de qualquer uma das opções.

O que se sabe é que nenhum dos projetos de aterro/loteamento foram seguidos. Isso se torna claro quando comparamos os sistemas viários projetados com aquele apresentado na imagem aérea de 1986 (Figura 4) ou na de 1990 (Figura 8). A fotografia de 1990 deixa claro que o aterro se finaliza ainda na década de 1980, mas não antes de 1986.

Infelizmente, a estratégia da via perimetral, circundando e limitando a ocupação da ilha, não foi utilizada. Os reflexos negativos disso serão analisados mais à frente. É também nesse momento que a área projetada para a praça é ocupada por moradias, certamente com a autorização e organização da PMVV, desfazendo, assim, a esperança dos moradores mais antigos. Quanto às outras obras de infraestrutura e melhorias, não há também registros delas nessa década.

Figura 8 – Fotografia aérea de 1990, mostrando ocupação de Primeiro de Maio.



Fonte: IJSN (1990), adaptado pelo autor.

A Região C (parte continental de Primeiro de Maio) é aterrada e ocupada, mas não foi possível afirmar se foi ocupada pela população da ilha ou por outra qualquer. O que é evidente é que ela passa a ser parte do território de Primeiro de Maio, mesmo que apenas sob o olhar da administração municipal.

A década de 1980, apesar dos projetos do CPM não se concluírem, é um período de importantes transformações no bairro. O planejamento realizado é,

evidentemente, muito superior às obras executadas, mas, ainda assim, é possível notar melhorias consideráveis para as famílias que viviam na ilha. A gestão municipal, ou por falta de interesse ou por falta de capacidade financeira, não executa obras de grande porte, mas possibilita o mínimo de dignidade a essas pessoas.

A participação federal nessa década, na área em questão, é marcada muito mais pelo planejamento do que pela execução das obras – lembrando que tudo indica que as obras no bairro não foram realizadas com a verba federal porque a ilha ficou para trás nos estudos, pela falta de dados e pela complexidade técnica. Já a participação municipal está mais ligada à execução das obras, apesar de ser uma execução abaixo do nível proposto, deixando a desejar na oferta de benefícios à população. É a década na qual temos o começo das melhorias, mesmo sendo um começo lento.

A paisagem, que nesse período tem como principal agente modelador o Estado, passa pela sua principal transformação estrutural, isto é, a construção do aterro.

4.3. 1990 - 2015

O intuito de analisar o período de 1990-2015 era o de buscar compreender se, após a consolidação da área de Primeiro de Maio, isto é, seu aterro e urbanização, houve ainda algum aumento na área ocupada pela população do bairro. O material básico para essa análise foi a comparação entre as fotografias aéreas de 1998 e de 2015. A diferença visual entre essas duas fotos é pouco perceptível, mas quando contrapõe-se o uso do solo do ano de 1998 com o de 2015, nota-se uma diferença de mais de 11.000m² na área apropriada pela população, ou seja, a área urbanizada aumentou em mais de 11.000m² entre 1998 e 2015 (Tabela 01). Como após a década de 1980 não havia mais manguezal ou terreno livre no bairro, o avanço dessas pessoas só pôde ser na direção das margens do rio Aribiri.

Tabela 01 – Área de cada tipo de Uso do Solo (1998-2015).

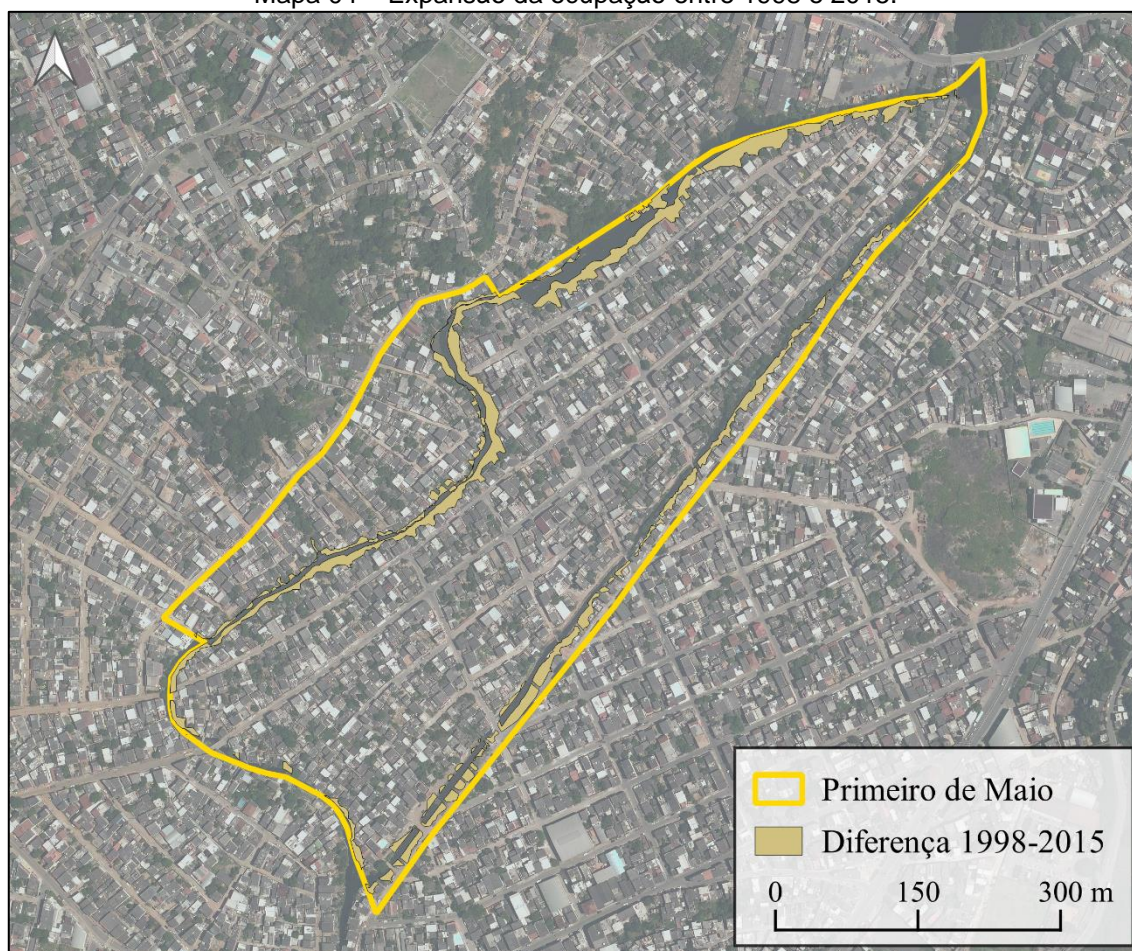
Tipo de Uso do Solo	Área (m ²)	
	1998	2015
Ocupação	255.310,60	266.418,21
Corpo Hídrico	26.854,99	15.747,38
Total	282.165,59	282.165,59

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O Mapa 04 mostra a diferença da área apropriada entre 2015 e 1998, ou seja, é aquela parte do bairro que não estava ocupada em 1998 e estava em 2015. Nota-se claramente que a ocupação se concentra nas margens do rio, pois era o único local que sobrava para aquela população.

É nessa análise que se pode constatar o que a falta de uma via perimetral, circundando a ilha, causou na expansão da população. A estratégia da via perimetral apareceu em todos os planos de aterro do IJSN e no primeiro plano da PMVV, mas no momento final ela não foi utilizada. Não é possível afirmar com certeza que a presença desse tipo de “barreira” evitaria por completo a ocupação da população, mas certamente ela teria o potencial de dificultar que as pessoas se apropriassem das margens do rio.

Mapa 04 – Expansão da ocupação entre 1998 e 2015.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Não havendo esse bloqueio, as famílias que moravam próximas às margens, com o passar do tempo, aumentavam suas casas, fazendo acréscimos às suas moradias por diversos motivos: ou porque a família aumentava e precisavam de mais

espaço, ou porque queriam alugar ou ceder uma das casas para outras pessoas. Dessas motivações surgem os chamados “puxadinhos”, pequenos barracos (ou mesmo casas de alvenaria) construídos nos fundos dos lotes. Como esses lotes estão localizados no limite da ilha, os fundos são justamente as margens do rio. Esse avanço causou não só o estrangulamento do rio Aribiri em diversos pontos, como também a continuação da degradação do corpo hídrico, além de trazer diversos problemas para as famílias que habitavam essas moradias.

As margens mais atingidas são as do norte e do oeste da ilha, mais próximas de Vila Garrido e da parte continental de Primeiro de Maio – diferentemente do começo da ocupação, que se deu pelo sul e pelo leste, próximo de Santa Rita.

A técnica utilizada na construção desses “puxadinhos” é similar àquela utilizada nos primórdios do bairro: barracos de madeira sobre palafitas ou aterros precários, feitos a partir de entulho e lixo. A Figura 9 mostra duas imagens do ano de 2011 (capturadas a partir da ferramenta *Google Street View*), que demonstram o método utilizado por essas pessoas.

Figura 9 – Barracos instalados nas margens do rio Aribiri em 2011.



Fonte: *Google Street View* (2011), adaptado pelo autor.

Percebe-se uma grande presença de barracos de madeira, todos muito precários, improvisados nas margens do rio. Na imagem da esquerda nota-se a permanência do uso de pinguelas sobre palafitas como meio de circulação, mesmo estando já em 2011, muitos anos após a urbanização do bairro. Já na figura da direita

nota-se a presença de lixo sob o barraco, além de estacas de madeira improvisadas para segurar aquilo que seria o muro da residência.

Em ambas as imagens é perceptível a degradação pela qual passava o rio Aribiri: com as águas de coloração verde-escuro e com a presença de resíduos de esgoto e lixo na superfície, certamente oriundos do esgoto doméstico despejado tanto por essas residências instaladas nas margens, quanto por outras moradias. Vale citar que Primeiro de Maio é um dos últimos bairros pelo qual circula o rio Aribiri, sendo que outros bairros também despejam esgoto doméstico nessas águas.

Essas construções à beira rio não apenas degradam as águas do Aribiri, mas também são de grande perigosidade para os seus moradores. As casas são construídas de forma improvisada, com materiais e em locais inadequados. O esgoto à céu aberto aumenta as chances de proliferação de doenças e insetos. Os barracos improvisados potencializam desmoronamentos e outros acidentes. Além disso, pelo fato de essas construções estarem nas margens do rio, enchentes, oriundas de marés altas ou fortes chuvas, podem acarretar no alagamento ou deterioração dessas casas.

Além da questão das habitações improvisadas nas margens do Aribiri, havia as questões ligadas à urbanização do bairro. As melhorias chegaram, mas chegaram muito lentamente; melhorias essas que haviam sido prometidas desde o período do aterro. Essas promessas aparecem tanto no supracitado relatório final do IJSN (1983), como na fala do ex-prefeito de Vila Velha, que afirmou que “nos anos seguintes [à 1985], foram executadas outras melhorias, como rede de esgoto, asfaltamento de ruas e instalação de rede elétrica e hidráulica” (A Tribuna, 2003).

A fala do ex-administrador do município contradiz o que se observa em reportagens das décadas seguintes, nas quais pode-se perceber a luta constante da população do bairro por melhorias prometidas nas gestões anteriores. Em 1991, há uma reportagem de A Tribuna destacando que o bairro receberia diversas obras de infraestrutura dentro do prazo de 12 meses. As obras iam desde drenagem pluvial, passando por revestimento de alguns canais, construção de galerias, pavimentação de ruas, drenagem de esgoto das casas e das ruas, até a construção de muros para conter encostas e barreiras.

A mesma reportagem afirma que “essa obra é uma **antiga reivindicação dos moradores** e desde o governo anterior já existe a promessa de executá-la” (A Tribuna, 1991, grifo nosso). Apesar dessa afirmação, a situação não parece mudar muito mesmo depois de uma década, como é possível notar em outra reportagem de A

Tribuna, agora do ano de 2003, na qual tem-se a chamada “Ruas de 1º de Maio sem calçamento”.

O que acontece é que as melhorias chegam, mas chegam arrastadas, vagarosas. Em 1991, são de fato feitas obras de pavimentação, mas apenas das vias centrais. E em 2003, ainda é preciso que a população se posicione para garantir que o resto das ruas sejam pavimentadas. Na mesma reportagem de 2003, a PMVV afirma que somente parte das vias seriam calçadas e “quanto aos demais trechos que não estão incluídos no orçamento **ainda não há programação de execução**, em função da receita da Prefeitura” (A Tribuna, 2003, grifo nosso).

Na fotografia aérea de 2015, nota-se que todas as ruas do bairro já foram asfaltadas. Não é possível afirmar quando essa questão foi resolvida, mas sabe-se que outras melhorias foram garantidas, apesar do bairro permanecer com diversas deficiências estruturais.

Ainda na notícia de A Tribuna de 2003, tem-se o destaque para a questão habitacional: “Além da ausência de revestimento, muitas residências são atingidas pela maré alta”. Aqueles que moram nas margens demonstram medo da situação: “A água desse fosso já invadiu minha residência várias vezes. Perdi minha geladeira e a cama ficou toda molhada. Tenho duas crianças pequenas e fico sempre com medo de acontecer novamente”; “Estou preocupado, pois minha casa pode cair. Quando a maré enche, não há como controlar.” (Ibid.).

Há a identificação, por parte da PMVV, da origem do problema: “O gerente de Esgoto e Drenagem de Vila Velha [...] explicou que o aterro, em função da ocupação desordenada nas proximidades no valão, é o principal responsável pelas enchentes no local.” (Ibid.). Entretanto, não há a indicação de sugestões de melhorias para a vida dessas pessoas.

E assim, a evolução de Primeiro de Maio vai caminhando, em passos vagarosos, com um certo desinteresse da administração pública, que presta atenção à região somente quando a comunidade se junta e reivindica seus direitos de cidadania. Não por acaso, o bairro era considerado ainda em 2011 um aglomerado subnormal, isto é, um assentamento irregular no qual há a predominância de domicílios sem estrutura, localizados em encostas de morro ou em áreas de alagamentos, com irregularidade da posse da terra, falta de esgotamento sanitário, entre outros problemas. “Os bairros da cidade que possuem mais residências com

essas características são Barramares (3.389 domicílios), Ulisses Guimarães (1.814) e **Primeiro de Maio (1.219)**.” (A Tribuna, 2011, grifo nosso).

A questão da “irregularidade da posse da terra” é um ponto interessante a se destacar, mesmo que apenas de passagem. Como dito, o terreno da ilha era originalmente de propriedade da União, por ser Terreno de Marinha. Houve, com o CPM, a promessa de que essa área seria doada ao município, para que fosse feita a regularização dos imóveis na comunidade: “[...] na área não haverá problemas de desapropriação, porque ela é da União e no projeto em execução está incluída a transferência para a Prefeitura Municipal de Vila Velha” (A Tribuna, 1983). Contudo, a transferência nunca foi finalizada e a área continua pertencendo à União, mantendo-se, assim, a população na irregularidade fundiária.

Um tema que não foi tratado neste trabalho, mas que ditou a vida da comunidade do bairro (principalmente nesse último período estudado), foi a falta de segurança. Primeiro de Maio foi, e ainda é, considerado um dos bairros mais perigosos da cidade de Vila Velha e qualquer busca em sites de pesquisa utilizando o nome do bairro resulta numa série extensa de reportagens sobre crime e violência, que tratam de crime organizado, narcotráfico e confrontos com a polícia.

No presente trabalho, não se objetivou focalizar no tema da segurança, pois o interesse da pesquisa estava antes em entender a história do bairro e como esta se insere na história da Grande Vitória, do que na repetição daquilo que se vê em telejornais sobre a periferia de Vila Velha.

Uma possível reflexão sobre o período 1990-2015 passa, necessariamente, pela percepção de que as melhorias alcançadas pela comunidade do bairro só foram possíveis a partir da insistência de sua população. A participação comunitária é central nesse período, contrariamente aos períodos anteriores, nos quais não se notou a movimentação popular em busca de melhorias.

As melhorias chegaram lentamente, mas chegaram. Ainda assim, uma parte considerável das famílias da área vivem em um ambiente degradante e hostil, similar àquele vivido pela população das décadas anteriores. O manguezal já não está presente na paisagem do bairro, e quem ainda sobrevive, a duras penas, é o rio Aribiri.

Nesse último período, a participação estatal aparece constantemente, por meio da realização de diversas obras de infraestrutura, mas sempre de forma parcial e sob pressão dos populares, que exigem melhorias para seu bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o processo evolutivo do bairro Primeiro de Maio, observa-se a sua relação com as transformações pelas quais passavam a Grande Vitória e o estado do Espírito Santo como um todo. O bairro tem suas origens marcadas pela chegada de imigrantes do interior do ES e de outros estados, que ocuparam a ilha em busca de um lugar para viver, após procurar e não encontrar outro local que pudessem habitar na Grande Vitória. O contexto é o da erradicação dos cafezais e da instalação dos projetos industriais no estado, que marcam transformações importantes tanto no meio rural quanto no meio urbano, levando uma grande massa de trabalhadores a saírem daquele primeiro e irem para este para último.

A ocupação da ilha que forma o bairro não se deu por meio de uma simples invasão, mas, sim, a partir de uma invasão autorizada e incentivada pela Prefeitura de Vila Velha, que realizou um falso loteamento da ilha – que pertencia, na verdade, à União, por ser Terreno de Marinha - e fez “doações” irregulares à população mais pobre da região, sem nunca proporcionar o mínimo de infraestrutura ou auxílio para essas pessoas. As famílias que recebiam essas “doações” acreditavam no discurso da Prefeitura e iam construir seus barracos sobre palafitas e ligados uns aos outros com passarelas improvisadas. Viviam em um ambiente degradante e subumano: o esgoto era jogado diretamente nas águas do manguezal, as palafitas eram inseguras e a falta de água e de energia era diária.

A ocupação se mantém sem o auxílio do Estado até a década de 1980, quando são realizadas, dentro do projeto federal CPM/BIRD, uma série de pesquisas sobre a ilha e sua população, a fim de trazer melhorias para a mesma. A participação federal se mantém apenas na esfera do planejamento e a execução das obras fica a cargo do município, que, ou por descaso ou por falta de capacidade financeira, investe pouco no bairro.

As obras de infraestrutura são feitas pela PMVV a partir de 1980, com o aterro e criação das vias de circulação, e seguem com outras melhorias nas décadas seguintes. Entretanto, a ação da prefeitura é sempre lenta, parcial e dependente do posicionamento popular.

A partir da década de 1990 nota-se uma maior participação comunitária no bairro, em busca de obras de infraestrutura e outras melhorias. Sem essa movimentação popular, pouca ou nenhuma ação teria sido realizada pela Prefeitura.

A partir dessas questões, nota-se que não é possível compreender o surgimento e o desenvolvimento de Primeiro de Maio sem a participação do Estado. A intervenção estatal, tanto a nível federal quanto a nível estadual e municipal, ditou a origem e a continuidade do bairro. O Estado é o principal agente das transformações da paisagem local - mesmo que a ação popular também tenha tido peso no processo, principalmente na primeira década.

A origem da ocupação é fruto em parte da ação estatal-federal, uma vez que a população que ocupou a ilha saiu do meio rural, após ser expulsa do campo pela erradicação dos cafezais e pela nova estrutura agrícola industrial, e chegou no meio urbano atraída pelas possibilidades das novas indústrias. Todos estes fenômenos foram oriundos da intervenção federal. Por outro lado, o surgimento da ocupação também foi causado pela ação estatal-municipal, na medida em que a Prefeitura de Vila Velha não apenas impulsionou a população mais pobre para a Ilha de Santa Rita, como também não ofereceu auxílio para que essa ocupação fosse minimamente digna.

Na década de 1980, a participação federal é marcada pelos estudos e projetos realizados na área, mas acaba por ficar apenas no planejamento. Já a participação municipal ficou ligada à execução das obras, apesar de ser uma execução abaixo do nível proposto, deixando a desejar na oferta de benefícios à população.

Nas décadas seguintes, a participação estatal (municipal e estadual) aparece constantemente, realizando diversas obras de infraestrutura, mas sempre de forma parcial e sob pressão dos populares, que exigiam melhorias para o seu bairro.

Pode-se afirmar, a partir desse ponto de vista, que Primeiro de Maio é fruto da intervenção do Estado. O que a princípio pode parecer ausência do Estado é, no fundo, a presença constante do Estado, mas uma presença que é conivente com a pobreza e com a exclusão de parte da população da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGERH - AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Índice de Qualidade da Água dos rios do ES**. 2023. Disponível em: <<https://servicos.agerh.es.gov.br/iqa/>>. Acesso em: 14 agosto 2023.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.

COUTINHO, Maria Isabel Justiniano. **Análise da Evolução do Bairro Maria Ortiz e os Impactos no Manguezal**. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

FJSN – FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Diagnóstico Socio-Econômico: etapa preliminar na recuperação social. In:_____. **Revista da Fundação Jones dos Santos Neves**. Ano 01, nº 2. Vitória: FJSN, 1978. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121128_rfjsn_a1_n2_abr_jun_1978.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

FREIRE, A. L. O. **Projetos de Urbanização em Vitória-ES**: aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna. GEOUSP Espaço e Tempo (Online). v. 8, n. 1, p.105-117, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123876>>. Acesso em: 21 agosto 2023.

GEOBASES - SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. 2015. **Ortofotomosaico ES - 2012/2015 - Imagens ECW, MDT e MDE**. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>>. Acesso em: 26 out. 2023.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Elaboração de estudos da Bacia do Rio Aribiri - Termo de Referência**. Vitória: IJSN, 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120807_ij00244_projetocpm_term_oderferencia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

_____. **Elaboração de estudos da Bacia do Rio Aribiri - Uso do Solo: Caracterização, Análise e Propostas**. Vitória: IJSN, 1984. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120807_ij00244_projetocpm_v7_usodosolo_carc_aanalise_proposta.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. **Programa CPM/BIRD - Subprojeto Vitoria**: Estratégia de Intervenção. Vitória: IJSN, 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121205_ij00182_projetocpm_bird_perfildacidade_v2.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. **Urbanização da Ilha de Santa Rita**: Proposta de intervenção integrada do aglomerado de Santa Rita. Vitória: IJSN, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120808_ij00297_urbanizacaodailhadesantaritatab.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. **Bairro Santa Rita em Vila Velha-ES. Onde se vê as palafitas e o manguezal.** 1983. Disponível em: <<http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/11633>>. Acesso em: 16 out. 2023.

_____. **Imagem Aérea do ano de 1986.** 1986. Disponível em: <<http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/8718>>. Acesso em: 23 out. 2023.

_____. **Imagem Aérea do ano de 1990.** 1990. Disponível em: <<http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/12619>>. Acesso em: 21 out. 2023.

_____. **Vista aérea da favela Santa Rita/Alecrim, aparecendo em primeiro plano barracos em palafita.** 1978. Disponível em: <<http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/7668>>. Acesso em: 16 out. 2023.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES; FCAA – FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA. **Elaboração de Estudos da Bacia do Rio Aribiri: Uso do Solo – Estudos Preliminares.** Vitória: IJSN, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120807_ij00244_projetcpm_v6_u_sodosolo_estudospreliminares.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

LIMA, Cibele Oliveira; DE OLIVEIRA, Regina Célia. Análise ambiental de ocupação nas áreas de manguezais no município de Santos-SP. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p.1-13, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820721.pdf>>. Acesso em: 21 agosto 2023.

NUNES, Orlando Vinicius Rangel. **O Programa Cidades de Porte Médio: planejamento e política urbano-regional no Brasil (1976-1986).** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço e debates**, São Paulo, ano 2, n. 6, p.36-54, 1982.

PMV/SEMFA/GEO – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA / GEOPROCESSAMENTO. **Imagens Aéreas dos anos de 1970, 1978 e 1998.** 2005

PMVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira - PNMMM.** Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PNMMM.pdf>>. Acesso em: 14 agosto 2023.

Primeiras construções sobre a água. **A Tribuna**, Vitória, 02 maio 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170322_aj18295_bairro_primei_rodemaio_vilavelha.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

REIS, Débora Marchini. **Ocupação urbana em áreas de preservação permanente: o caso do manguezal da área continental de Vitória/ES.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo, 1955-1985.** Vitória: Espírito Santo em Ação, 2 ed. 2012.

ROSSI, Marcio; MATTOS, Isabel Fernandes Aguiar. Solos de mangue do estado de São Paulo: caracterização química e física. **Revista do departamento de Geografia**. v. 15, p.101-113, 2002.

Ruas de 1º de Maio sem calçamento. **A Tribuna**, Vitória, 30 abril 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170322_aj18296_bairro_primei_rodemaio_vilavelha.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Santa Rita surgiu de manguezal. **A Gazeta**, Vitória, 28 fev. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170324_aj18391_bairro_santarita_vilavelha.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021.

_____. **Por uma outra globalização**. 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2022.

Secretário do CNDU vistoria as palafitas de Santa Rita. **A Tribuna**, Vitória, 23 set. 1983. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170324_aj18395_bairro_santarita_vilavelha.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVA, Juliano Motta. **Aspectos de paisagem, memória e esquecimento de um rio urbano**: lembranças do Rio Marinho (ES). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SINGER, Paul. Migrações internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1973.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Urbanização de Santa Rita vai beneficiar trinta mil pessoas. **A Tribuna**, Vitória, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170324_aj18394_bairro_santarita_vilavelha.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Vila Velha (Município). **Lei nº 2263, de 10 de junho de 1986**. Denomina de “Bairro 1º de Maio” a localidade conhecida como Mangue de Santa Rita, neste Município. Vila Velha, 10 jun. 1986. Disponível em: <<https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L22631986.html?identificador=32003200370039003A004C00>>. Acesso em: 28 out. 2023.

Vila Velha lidera ranking de favelas. **A Tribuna**, Vitória, 22 dez. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161209_aj17696_bairros_vilavelha_geral03.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.